

23

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

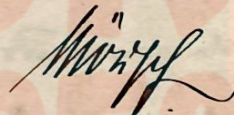
em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Richard Bahr comprado o lote colonial Nr. 23, situado no caminho do Rio Taquaras do Districto Itajahy-Mercilio da Colonia «Hansa» no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

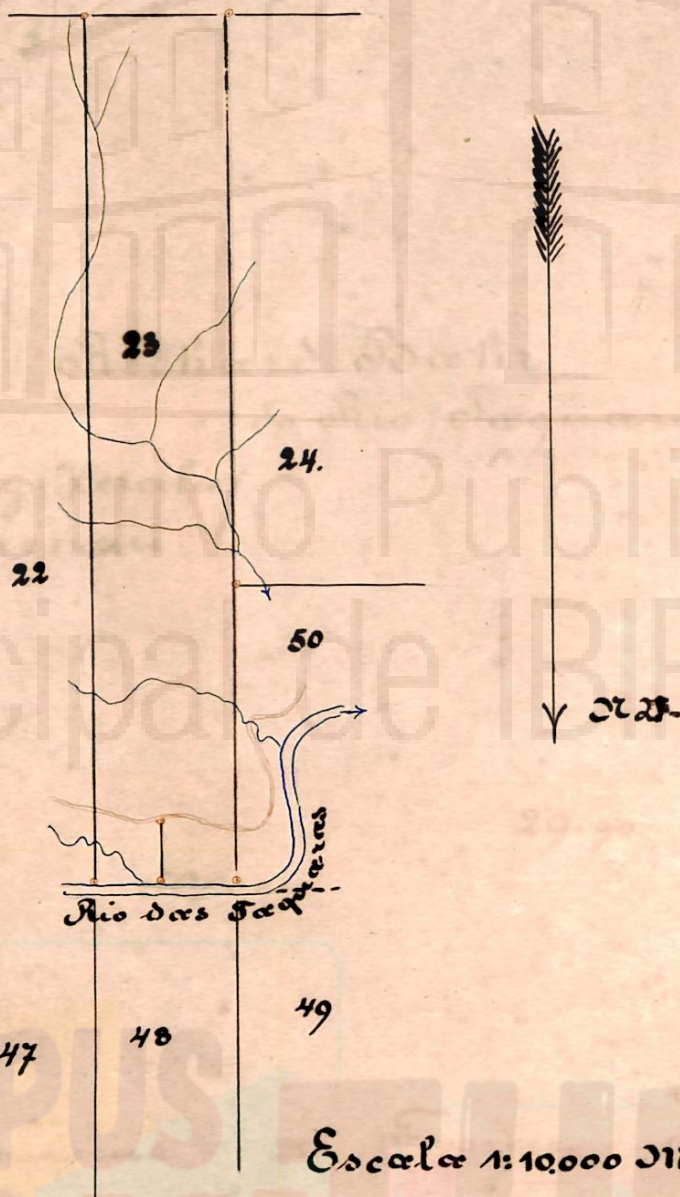
O sobredito lote colonial contem uma area de 29.90 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 604 000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 22 de Fevereiro de 1905

O representante:





Hammonia, 22 de Fevereiro de 1905.

O agrimensor.

José Deek

24

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

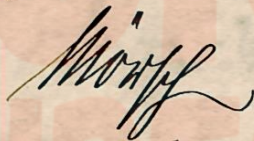
em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono **Richard Bahr** comprado o lote colonial Nr. **24.**, situado no caminho **do Rio Taquaras** do Districto **Itajaky-Mercilio** da Colonia «Hansa» no Municipio de **Blumenau** e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

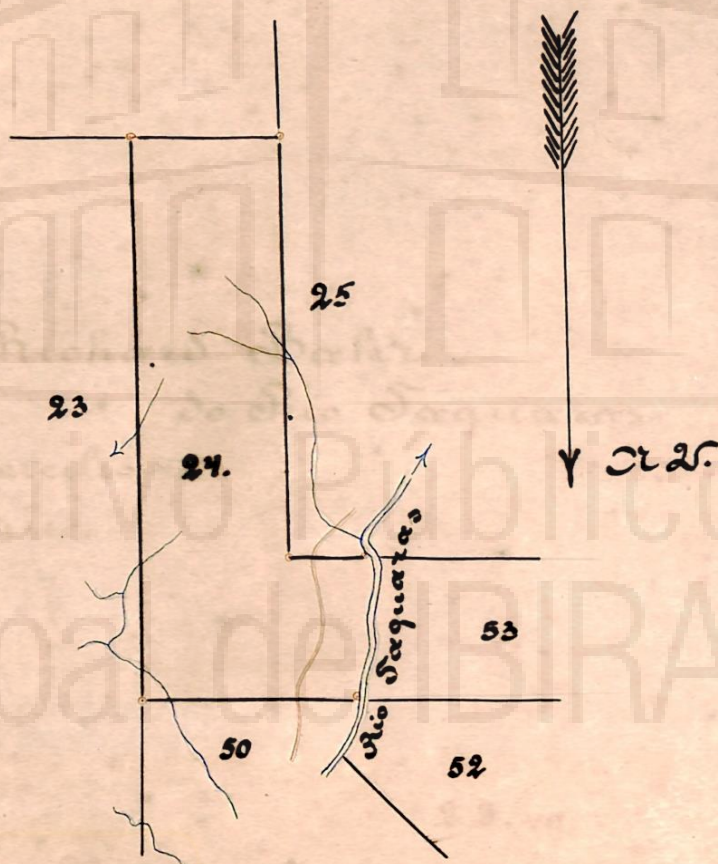
O sobredito lote colonial contem uma area de **22.40** hectares, sendo vendido a razão de Rs. **50x000** por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em **22 de Fevereiro** de **1905.**

O representante:





Escala 1:10000 Mts

Hammonia, 22 de Fevereiro de 1905

O agrimensor

José Deck

25a

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Beat Imfeld comprado o lote colonial Nr. 25A, situado no caminho Yereilio, margem esquerda do Districto Itagahy Yereilio da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

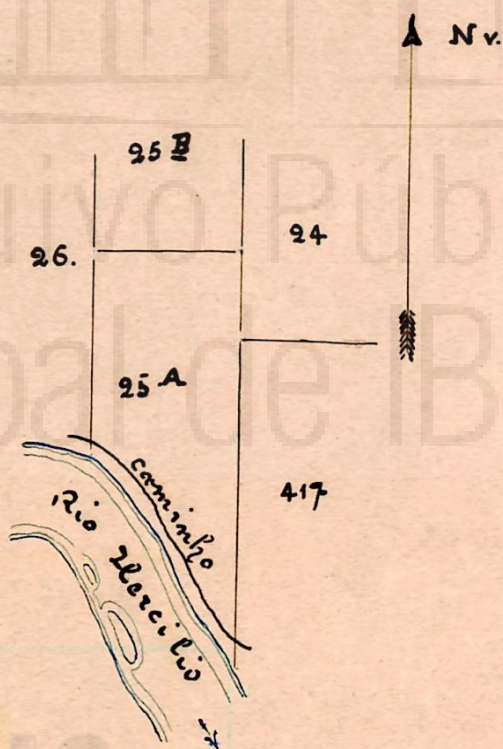
O sobredito lote colonial contem uma area de 10,40 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 44.000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Cammonia em 10 de Junho de 1908.

O Representante.

Mörsch



Escala 1:10.000 Mts.

Cammonia, em 18 de Junho de 1908.
Josi Dele.

25b

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

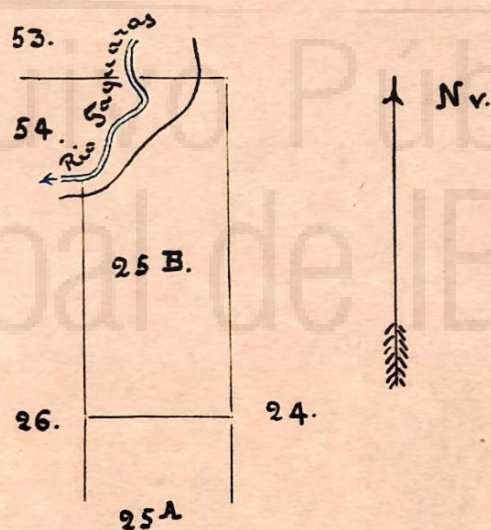
em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Wilhelm Hebus comprado o lote colonial Nr. 25B, situado no caminho Taquaras, marg. esq. do Districto Itajahy Yercilio da Colonia «Hansa» no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de 10,40 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 44 por por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Yammonia em 18 de Junho de 1908.

O representante:
W. Hoff



Escala 1:10000 mls.

Cammonia, 18 de Junho de 1908.

José de Sá

26

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono *Carl Oschmann* - comprado o lote colonial Nr. *26*, situado no caminho *do Taquaras* - do Districto *Itajany - Hercilio* da Colonia «Hansa» no Municipio de *Blumenau* e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de *13.20* hectares, sendo vendido a razão de Rs. *40,000* por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 24 de Janeiro de 1905

O representante:

M. Hoff

Nv.

21° 54.

Rio Taquarões

29.

27

21° 26

21° 26

25

Escala 1:10000 Mts.

Hammonia, 24 de Janeiro de 1905

O agrimensor:

José Decker

Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município

Blumenau

132 foms vom
Landpauß zurück
geschriben 24/10/1902

TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS

Landanweisungs-Schein

Colonia „HANSA“

Districto

Itajubá

A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo
presente documento ao colono *Carl*

Oschmann

um lote colonial situado

in Rio
Paguaras N.º 26.

(vinte e seis)

com uma area superficial de pouco mais ou me-
nos *19,20* hectares e ao preço de

Rs. *Seiscentos e sessenta mil*
Mar. Caté
submettendo-se o dito colono ás obrigações ge-
raes estabelecidas para todos os proprietarios da
Colonia Hansa, especialmente ás determinações e
condições seguintes, obrigando-se por sua assigna-
tura de bem e fielmente cumpri-las:

O preço da compra ha de ser pago de con-
formidade com os §§ 15 e 16 do contracto de
expedição (Lista dos emigrantes N.) pelo modo
seguinte:

$\frac{1}{5}$ ao fim do segundo anno:

$\frac{1}{5}$ ao fim do terceiro e quatro e $\frac{2}{5}$ ao fim do
quinto anno.

O lote fica propriedade da Sociedade Colo-
nizadora Hanseatica com responsabilidade limitada
em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento
inteiro do preço de compra e dos respectivos juros,
não podendo ser antes nem hypothecado, nem
vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio
consentimento da Direcção da Colonia.

A medição e demarcação do lote colonial, assim
como a expedição do respectivo titulo de proprie-
dade serão feitas por conta da Direcção da Colonia.

O concessionario do terreno de que trata o
presente documento obriga-se por si e por seus
successores na posse de cumprir fielmente os de-
veres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

1.º O concessionario obriga-se a tomar posse
effectiva do terreno logo que lhe fôr entregue o
mesmo, principiando a trabalhar n'elle e particu-
larmente

a) a derribar dentro de seis (6) mezes a

Colonie „HANSA“

District

Itajubá

Dem Colonisten

Carl
Oschmann

wird von der Direction der Colonie Hansa hierdurch ein
Grundstück, belegen

Rio Paguaras
N.º 26.

mit einem Flächenraum von circa *19,20* Hectar und

zum Preise von *Nei Tausend sechzig mil*
fr. Bundeslich

den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der
Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestim-
mungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen
Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist in Uebereinstimmung mit §§
15 und 16 des Beförderungsvertrages (Auswanderer-
Verzeichnis N.) wie folgt zu zahlen:

$\frac{1}{5}$ bei Ablauf des zweiten Jahres;

$\frac{1}{5}$ bei Ablauf des dritten und vierten und $\frac{2}{5}$ am
Ende des fünften Jahres.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung
des Kaufpreises, und der betreffenden Zinsen Eigenthum
der „Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H.
in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des
Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-
Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst
auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes,
sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber erfolgt
von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes
übernimmt für sich und seine Besignachfolger folgende
mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflich-
tungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe
sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten
thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) binnen 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung

contar do dia da entrega do terreno pelo menos *trinta* metros de largura do matto ao lado do caminho, tendo elle, no caso de já ser limpo o traço de tirar á sua propria custa as madeiras que cahirão sobre o caminho.

b) a ter derribado e cultivado dentro do prazo de *mais seis (6) mezes*, a contar do mesmo dia, pelo menos a decima parte de seu terreno e a conserva-la em cultura.

2.º Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma cotisação nunca menor de cem (100) réis por hectare.

3.º Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar desassombrados os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4.º As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

5.º Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'ella, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que este não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

6.º Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fór julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliacao de peritos.

7.º A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o *primeiro* estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisicão seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8.º Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaracão do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario: tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e de dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que um mez.

an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

b) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten. —

2. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswegen (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniestückes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Angesehen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien eingeengt oder gestaut werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insofern dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen und tragen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

9.º O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

9. Den endgültigen Besitztittel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Blumenau 12 de Janeiro 1900
pela DIRECÇÃO DA COLONIA "HANSA"

O Insperado de Hamburgo
Luis-Albrecht

Heinrich Meier

Christoph

O CONCESSIONARIO



C. F. Schumann

Arquivo Público

Municipal de IBIRAMA

CAMPUS
DE CULTURA
UDESC

27

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que, havendo o colono Max Tähldick comprado o lote colonial No. 27, situado na linha para o Rio Cocho da Colonia Hammonia no Municipio de Blumenau, e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica e do Estado, como tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

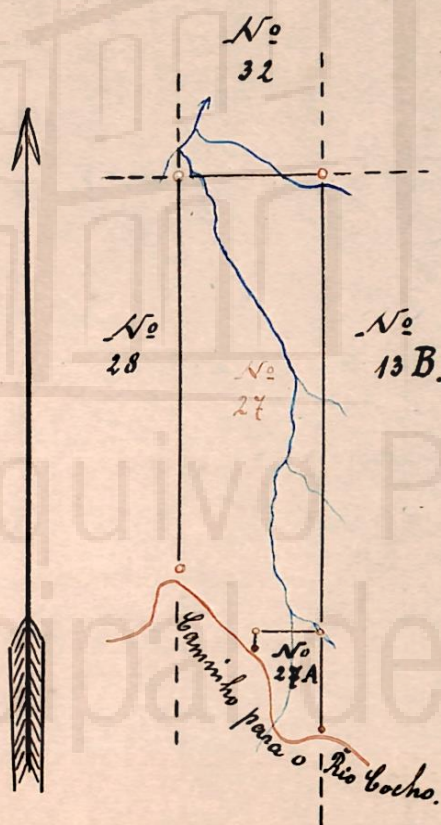
O sobredito lote colonial contem uma area de 15,55 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40\$000 por cada hectare, tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia, em 12 de Abril de 1923

O Representante

José Dettl, Director



Escala 1:10000.

Hammonia, em 12 de Abril de 1923.

Werner Weber.

Lote No.

27.

Via.

TITULO PROVISORIO

Estado de Santa Catharina, Brazil.

Município

Blumenau

Núcleo Colonial

Itajaí - Hercílio

Linha

Laminha do Cocho

Número do lote

27.

Área do lote

16,80

Hectares

Preço por Hectare Rs.

404000

Preço do lote Rs.

6724000

Auxílios, casa provisória etc. Rs.

=

Nome do Colono

Nome dos Colonizantes

Rudolfo Bauke, successor de Wilhelm Reblin.

Condição da compra.

O supra mencionado Colono submete-se ás obrigações geraes estabelecidas para todos os proprietarios desta Colonia e especialmente ás determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

§ 1. O preço de compra do lote é pagavel no espaço de cinco annos pelas seguintes prestações:

No dia	de	de 191	R\$.	1/5
3	de	1912	R\$. 2	1/5
3	de	1913	R\$. 3	1/5
3	de	1914	R\$. 4	1/5
3	de	1915	R\$. 5	1/5
3	de	1916	R\$. 6	1/5
No dia	de	191	R\$. -	-
No dia	de	191	R\$. -	-

§ 2. Os juros serão contados desde o dia 1 de Agosto de 1910 sendo pelo premio de 6% por cento ao anno sobre a quantia restante do valor do lote; pagando se os mesmos juros sobre auxílios, se as houver e se não for feito e assignado sobre elles um qualquer documeeto especial.

§ 3. O lote fica propriedade da Sociedade Colonizadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

Kaufbedingungen.

Oben genannter Kolonist unterwirft sich den allgemeinen Verpflichtungen dieser Kolonie; insbesondere verpflichtet er sich durch seine Unterschrift zur Erfüllung der nachstehenden Bestimmungen:

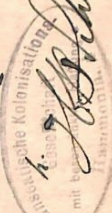
§ 1. Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb fünf Jahren in folgenden Raten:

Am Verkaufstage	Rz.	191	R\$. 2	1/5
3. November	Rz. 2	1912	R\$. 2	1/5
3. "	Rz. 3	1913	R\$. 3	1/5
3. "	Rz. 4	1914	R\$. 4	1/5
3. "	Rz. 5	1915	R\$. 5	1/5
3. "	Rz. 6	1916	R\$. 6	1/5
Am	Rz. -	191	R\$. -	-
Am	Rz. -	191	R\$. -	-

§ 2. Vom 1. August 1910 werden 6% Zinsen auf die jeweilige Schuldsomme bezahlt, gleichviel ob auf Land oder Vorschüsse, — wenn für letztere nicht ein Spezialvertrag abgeschlossen ist.

§ 3. Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der Zinsen, Eigentum der „Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vorher ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolonie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

Transferido com as mesmas condições e Max Taldick
Blumenau, 12/2/1916
R. Bauke



§ 4. O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultivatio e especialmente:

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) Ne espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote, n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que o leito da estrada ja estiver traçado tirar tudo que possa diffcultar o transito.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

§ 5. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

§ 6. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, do maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

§ 7. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fôr julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames, será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias, conforme a avaliação de uma Commissão de trez peritos. Um dos peritos será nomeado pelo respectivo colono e outro pela Sociedade, sendo o terceiro eleito pelos dois primeiro nomeados.

§ 8. O area do terreno vendido será calculada de accordo com a medição e demarcação executada pelo agrimensor da Sociedade a qual deve ser reconhecida valiosa por ambas as partes. No caso de mais tarde se mostrarem erros na medição não serão tomados em consideração as differenças na area, se não exederem a $1\frac{1}{2}$ Ha., sendo porém a differença maior a meio hectare, será o preço do lote corrigido correspondentemente. Verificações de medições podem ser executadas pela Direcção, se ella o achar necessario, más tambem podem ser feitas á requisicão do concessionario e por conta delle. No ultimo caso só será considerada valiosa a verificacão, se o respectivo agrimensor fôr reconhecido competente pela Direcção.

§ 9. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas sem indemnisação alguma, tomando porém em consideração que a requisicão seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

§ 10. No caso de se acharem no terreno minas de qualquer natureza, o concessionario obriga-se a por á disposicão da Sociedade, se ella o reclamar, o terreno necessario para lavrar as ditas minas, sem outra indemnisação, senão a concessão do dobro da superficie do terreno requerido, em outro lugar e o pagamento em dinheiro do valor de todas as plantações e construcções existentes no terreno reclamado de accordo com a avaliação de peritos de conformidade com o disposto do § 7.

§ 4. Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten tatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Teil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

§ 5. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

§ 6. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitztums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Teil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

§ 7. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Canäle, die Regulierung von Flüssen oder die Umliegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung einer Kommission von drei Sachverständigen entschädigt werden soll. Einen Sachverständigen bestimmt der Grundbesitzer, einen die Gesellschaft, den dritten wählen die beiden erstgenannten.

§ 8. Die Angabe der Größe des verkauften Geländes gründet sich auf die vom Feldmesser der Gesellschaft ausgeführte Vermessung und wird dieselbe für beide Teile als verbindlich anerkannt. Sollten sich später Differenzen in der Messung herausstellen, so soll ein Mehr oder Weniger von einem halben Hektar nicht berücksichtigt werden, ist der Flächenunterschied aber größer, so wird der Landpreis entsprechend geändert. Nachmessungen kann entweder die Koloniedirektion, wenn sie es für notwendig befindet oder aber auch der Grundbesitzer auf eigene Kosten vornehmen lassen. Im letzteren Falle hat die Messung aber nur dann Gültigkeit, wenn der betreffende Landmesser von der Direktion als zuständig anerkannt ist.

§ 9. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstück zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

§ 10. Wenn sich auf dem Gelände Minen irgend welcher Art finden sollten, so ist der Erwerber verpflichtet, der Gesellschaft, wenn sie es wünscht, dieselben mit der zur Ausbeutung nötigen Landfläche abzutreten, wofür er das Doppelte der Landfläche an anderer Stelle bekommt und ihm der Wert der auf dem abzutretenden Lande befindlichen Pflanzungen und Bauten, nach Abschätzung gemäß § 7, vergütet wird.

§ 11. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá também as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

§ 12. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais de um mez, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar também uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente.

§ 13. A Direcção da Colonia só consentirá que o concessionario se ausente do lote temporariamente, se o mesmo satisfizer suas obrigações para com a sociedade em todas as circumstancias. A Direcção também pode recusar o procurador do concessionario e exigir que o mesmo offereça garantia sufficiente para as obrigações do concessionario.

§ 14. Em quanto não for passado o titulo definitivo, por tanto, em quanto não for pago o lote do concessionario, não pode o mesmo vender madeira ou qualquer outro producto natural do respectivo lote sem consentimento da Direcção, e esta sómente consentirá na venda, se uma qualquer quantia, marcada por ella, for paga por conta do terreno.

§ 15. Se a Direcção se ver obrigada de requerer perante a justiça despejo do lote de conformidade com os §§ 11 e 12, ficarão pertencentes á Sociedade Colonisadora Hanseatica todas as beimefeitorias existentes no lote, não tendo o concessionario direito algum de ser indemnizado, como também correm todas as custas que resultarem do respectivo processo por conta do concessionario.

§ 16. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

§ 11. Wenn die Zahlungen des bedingenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet werden, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie der darauf angezählten Beträge für verlustig zu erachten und die Koloniedirektion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

§ 12. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstück erlangt hat, die Kolonie auf länger als einen Monat verlassen will, so ist er verpflichtet, der Koloniedirektion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstück ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen wird, widrigenfalls es der Koloniedirektion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen.

§ 13. Die Koloniedirektion wird ihre Zustimmung zu zeitweiser Entfernung des Grundbesitzers von dem Kolonielos nur dann geben, wenn der Grundbesitzer bisher seinen Verpflichtungen voll nachgekommen ist. Sie hat das Recht, den Bevollmächtigten abzulehnen und die Stellung eines solchen, welcher nach ihrem Ermeßsen genügende Sicherheit bietet, zu verlangen.

§ 14. Solange das Grundstück nicht bezahlt und der definitive Besitztitel noch nicht ausgestellt ist, darf der Inhaber weder Holz noch sonstige Naturprodukte von der Kolonie, ohne Einwilligung der Direktion verkaufen; die Direktion wird nur dann in den Verkauf willigen, wenn ein von ihr festzusetzender Betrag auf Landschuld einbezahlt wird.

§ 15. Wenn die Direktion sich genötigt sehen sollte, auf Grund der §§ 11 und 12 gerichtliche Aussetzung des Inhabers zu erlangen, so hat der letztere keinerlei Anspruch auf Entschädigung für die von ihm auf der Kolonie bewirkten Verbesserungen, dahingegen laufen sämtliche mit der Aussetzung verbundenen Kosten für Rechnung desselben.

§ 16. Den entgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Hammonia, em

de

3 de Novembro

de 1911.

O encarregado da venda de terras

Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft

Der Kolonial-Direktor:

Jose Ouellet

Assignatura do Concessionario

Testemunhas



TITULO PROVISORIO

Estado de Santa Catharina, Brazil.

Município *de Blumenau*
 Nucleo Colonial *Itajahy Hercilio*
 Linha *Caminho do Cocho*
 Numero do lote *27*
 Area do lote *16,80* Hectares
 Preço por Hectare Rs. *40.000*
 Preço do lote Rs. *672.000*
 Auxilios, casa provisoria etc. Rs.

Nome do Colono *Wilhelm Reblin*
 Nome dos Colonizisten

Condição da compra.

O supra mencionado Colono submete-se ás obrigações geraes estabelecidas para todos os proprietarios desta Colonia e especialmente ás determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

§ 1. O preço de compra do lote é pagavel no espaço de *cinco* annos pelas seguintes prestações:

No dia da compra	Rs.	<i>100.000</i>
No dia <i>1°</i> de <i>Agosto</i> de 191 <i>1</i>	Rs.	<i>1/5</i>
No dia " de " de 191 <i>2</i>	Rs.	<i>1/5</i>
No dia " de " de 191 <i>3</i>	Rs.	<i>1/5</i>
No dia " de " de 191 <i>4</i>	Rs.	<i>1/5</i>
No dia " de " de 191 <i>5</i>	Rs.	<i>o resto</i>
No dia " de " de 191	Rs.	
No dia " de " de 191	Rs.	

§ 2. Os juros serão contados desde o dia *1°* de *Agosto* de 191*0* sendo pelo premio de (*6*%) *seis* por cento ao anno sobre a quantia restante do valor do lote; pagando se os mesmos juros sobre auxilios, se as houver e se não for feito e assignado sobre elles um qualquer documeeto especial.

§ 3. O lote fica propriedade da Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

Kaufbedingungen.

Oben genannter Kolonist unterwirft sich den allgemeinen Verpflichtungen dieser Kolonie; insbesondere verpflichtet er sich durch seine Unterschrift zur Erfüllung der nachstehenden Bestimmungen:

§ 1. Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb *seinf* Jahren in folgenden Raten:

Am Verkaufstage	Rs.	<i>100.000</i>
Am <i>1. August</i> 191 <i>2</i>	Rs.	<i>1/5</i>
Am " " 191 <i>3</i>	Rs.	<i>1/5</i>
Am " " 191 <i>4</i>	Rs.	<i>1/5</i>
Am " " 191 <i>5</i>	Rs.	<i>der Rest</i>
Am " " 191	Rs.	
Am " " 191	Rs.	
Am " " 191	Rs.	

§ 2. Vom *1. August* 191*0* werden (*6*%) *seis* % Zinsen auf die jeweilige Schuldsomme bezahlt, gleichviel ob auf Land oder Vorschüsse, — wenn für letztere nicht ein Spezialvertrag abgeschlossen ist.

§ 3. Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der Zinsen, Eigentum der „Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vorher ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolonie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

§ 4. O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultural-o e especialmente:

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres meses uma morada.

b) Ne espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote, n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que o leito da estrada ja estiver traçado tirar tudo que possa diffcultar o transito.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

§ 5. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

§ 6. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, do maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

§ 7. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulção de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fôr julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservação d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemeitoirias, conforme a avaliação de uma Commissão de trez peritos. Um dos peritos será nomeado pelo respectivo colono e outro pela Sociedade, sendo o terceiro eleito pelos dois primeiro nomeados.

§ 8. O area do terreno vendido será calculada de accordo com a medição e demarcação executada pelo agrimensor da Sociedade a qual deve ser reconhecida valiosa por ambas as partes. No caso de mais tarde se mostrarem erros na medição não serão tomados em consideração as differenças na area, se não exederem a $\frac{1}{2}$ Ha., sendo porém a differença maior a meio hectare, será o preço do lote corrigido correspondentemente. Verificações de medições podem ser executadas pela Direcção, se ella o achar necessario, mas tambem podem ser feitas á requisición do concessionario e por conta delle. No ultimo caso só será considerada valiosa a verificação, se o respectivo agrimensor fôr reconhecido competente pela Direcção.

§ 9. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas sem indemnização alguma, tomando porém em consideração que a requisición seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

§ 10. No caso de se acharem no terreno minas de qualquer natureza, o concessionario obriga-se a por á disposição da Sociedade, se ella o reclamar, o terreno necessario para lavar as ditas minas, sem outra indemnização, senão a concessão do dobro da superficie do terreno requerido, em outro lugar e o pagamento em dinheiro do valor de todas as plantações e construcções existentes no terreno reclamado de accordo com a avaliação de peritos de conformidade com o disposto do § 7.

§ 4. Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Befignachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten tatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Teil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

§ 5. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

§ 6. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Teil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

§ 7. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulierung von Flüssen oder die Umliegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung einer Kommission von drei Sachverständigen entschädigt werden soll. Einen Sachverständigen bestimmt der Grundbesitzer, einen die Gesellschaft, den dritten wählen die beiden erstgenannten.

§ 8. Die Angabe der Größe des verkauften Geländes gründet sich auf die vom Feldmesser der Gesellschaft ausgeführte Vermessung und wird dieselbe für beide Teile als verbindlich anerkannt. Sollten sich später Differenzen in der Messung herausstellen, so soll ein Mehr oder Weniger von einem halben Hektar nicht berücksichtigt werden, ist der Flächenunterschied aber größer, so wird der Landpreis entsprechend geändert. Nachmessungen kann entweder die Koloniedirektion, wenn sie es für notwendig befindet oder aber auch der Grundbesitzer auf eigene Kosten vornehmen lassen. Im letzteren Falle hat die Messung aber nur dann Gültigkeit, wenn der betreffende Landmesser von der Direktion als zuständig anerkannt ist.

§ 9. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstück zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

§ 10. Wenn sich auf dem Gelände Minen irgend welcher Art finden sollten, so ist der Erwerber verpflichtet, der Gesellschaft, wenn sie es wünscht, dieselben mit der zur Ausbeutung nötigen Landfläche abzutreten, wofür er das Doppelte der Landfläche an anderer Stelle bekommt und ihm der Wert der auf dem abzutretenden Lande befindlichen Pflanzungen und Bauten, nach Abschätzung gemäß § 7, vergütet wird.

§ 11. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

§ 12. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais de um mez, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promete de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente.

§ 13. A Direcção da Colonia só consentirá que o concessionario se ausente do lote temporariamente, se o mesmo satisfaz suas obrigações para com a sociedade em todas as circumstancias. A Direcção tambem pode recusar o procurador do concessionario e exigir que o mesmo offereça garantia sufficiente para as obrigações do concessionario.

§ 14. Em quanto não for passado o titulo definitivo, por tanto, em quanto não for pago o lote do concessionario, não pode o mesmo vender madeira ou qualquer outro producto natural do respectivo lote sem consentimento da Direcção, e esta sómente consentirá na venda, se uma qualquer quantia, marcada por ella, for paga por conta do terreno.

§ 15. Se a Direcção se ver obrigada de requerer perante a justiça despejo do lote de conformidade com os §§ 11 e 12, ficarão pertencentes á Sociedade Colonisadora Hanseatica todas as beimefeitorias existentes no lote, não tendo o concessionario direito algum de ser indemnizado, como tambem correm todas as custas que resultarem do respectivo processo por conta do concessionario.

§ 16. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

§ 11. Wenn die Zahlungen des bedingenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet werden, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie der darauf angezahlten Beträge für verlustig zu erachten und die Koloniedirection über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

§ 12. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie auf länger als einen Monat verlassen will, so ist er verpflichtet, der Koloniedirection nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen wird, widrigenfalls es der Koloniedirection freistehen soll, diesen Kauf als nichtgesehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen.

§ 13. Die Koloniedirection wird ihre Zustimmung zu zeitweiser Entfernung des Grundbesitzers von dem Kolonielos nur dann geben, wenn der Grundbesitzer bisher seinen Verpflichtungen voll nachgekommen ist. Sie hat das Recht, den Bevollmächtigten abzulehnen und die Stellung eines solchen, welcher nach ihrem Ermessen genügende Sicherheit bietet, zu verlangen.

§ 14. Solange das Grundstück nicht bezahlt und der definitive Besitztitel noch nicht ausgestellt ist, darf der Inhaber weder Holz noch sonstige Naturprodukte von der Kolonie, ohne Einwilligung der Direction verkaufen; die Direction wird nur dann in den Verkauf willigen, wenn ein von ihr festzusetzender Betrag auf Landschuld einbezahlt wird.

§ 15. Wenn die Direction sich genötigt sehen sollte, auf Grund der §§ 11 und 12 gerichtliche Aussetzung des Inhabers zu erlangen, so hat der letztere keinerlei Anspruch auf Entschädigung für die von ihm auf der Kolonie bewirkten Verbesserungen, dahingegen laufen sämtliche mit der Aussetzung verbundenen Kosten für Rechnung desselben.

§ 16. Den entgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Hammonia, em 30 de Novembro de 1910.

Assignatura do Concessionario

O encarregado da venda de terras

Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft
mit beschränkter Haftung

Der Kolonie-Direktor: *Jose Fick*

Testemunha



Alfredo Gerner

1² m i - 27 -
Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município *Munizópolis*

Landanweisungs-Schein

Colonie „HANSA“

Distrikt *Lajaby Perulio*

Dem Kolonisten *Friedrich Feiler*

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein Grundstück, belegen

Laquaras N° 27
mit einem Flächenraum von *16* Hektar und zum Preise von Rs. *hundert*

p. Hektar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesitzers der Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünktlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist laut Vereinbarung in folgenden Raten zu bezahlen:

<i>Nach Ablauf d. 1. Jahres 1/5 des Kaufpreises</i>
<i>" " " 1/5 " " "</i>
<i>" " " 1/5 " " "</i>
<i>" " " 1/5 " " "</i>
<i>" " " 1/5 " " "</i>

Der Käufer verpflichtet sich, die Kaufsumme nach Ablauf des zweiten Jahres mit 6% zu verzinsen. Theilzahlungen werden zu jeder Zeit und in jeder Höhe angenommen.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der betreffenden Zinsen Eigentum der „Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolonie-Direktion weder verpfändet, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes, sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber, erfolgt von Seiten und für Rechnung der Kolonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen:

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Strassenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Strassenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als notwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Kolonieplatzes eine jährliche Ab-

gabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Strassengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, dass die auf dem Strassenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluss haben. Ingleichen hat er, da die Strassen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Strasse mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fliessenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flussbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch die Strasse entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, dass sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Strassen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Strassen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, *ohne Entschädigung* aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, dass die Entnahme möglichst gleichmässig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, so hat die Gesellschaft das Recht, Räumung des Grundstückes zu verlangen und darüber anderweitig zu verfügen, wenn der Ansiedler:

a) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als einen Monat davon entfernt hält;

b) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme auf dem Grundstück nicht einen Platz zur Erbauung eines Hauses gerodet hat;

c) innerhalb sechs Monaten nach der Uebernahme nicht ein Wohnhaus errichtet und mit der Bepflanzung des Grundstückes begonnen hat;

d) nach Ablauf von drei Monaten seit der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als ein Jahr davon entfernt hält;

e) innerhalb fünf Jahren nach der Uebernahme nicht mindestens die Hälfte des Kaufpreises sowie die Hälfte der schuldigen Zinsen bezahlt hat;

f) innerhalb sieben Jahren nach der Uebernahme nicht den gesamten Kaufpreis nebst Zinsen bezahlt hat.

In allen Fällen ist die vorherige Genehmigung des zuständigen deutschen Konsuls oder seines Vertreters erforderlich; in den Fällen unter b, c, e und f ist dem Ansiedler die Hälfte der auf den Kaufpreis geleisteten Zahlungen sowie der Werth der von ihm bewirkten Verbesserungen zu vergüten.

9. Den endgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

10. Beschwerden über mangelhafte Erfüllung dieses Vertrages, Schadenersatz-Ansprüche u. s. w. sind seitens des Kolonisten bei der Direktion der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft zu erheben. Wenn daselbst keine Einigung erzielt werden kann, so ist die Entscheidung des zuständigen deutschen Konsuls oder dessen Stellvertreters massgebend.

(Ort, Datum)

Hannover 1. Dezember 90.

(Unterschrift des Käufers)

Friedrich Pöppel.
Wilhelm Abry.

(Unterschrift des Verkäufers)

Die Direktion der Kolonisation
Fritz Abry

27ª

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que, havendo o colono Johann Gebien comprado o lote colonial Nº 27 A, situado na linha para o Rio Cocho da Colonia Hammonia no Municipio de Blumenau, e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica e do Estado, como tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

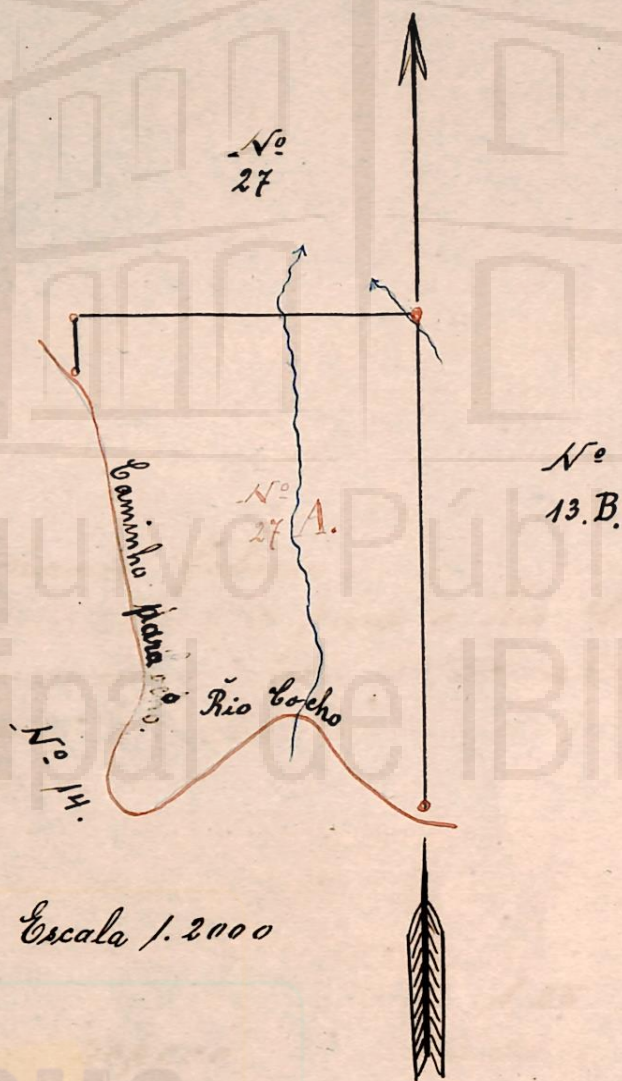
O sobredito lote colonial contem uma area de 1,25 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40.000 por cada hectare, tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia, em 12 de Abril de 1923.

O Representante

José Duck, Director



Harmonia, em 12 de Abril de 1923.

Werner Weber.

28

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Oswaldo Oschrecht comprado o lote colonial No. 28, situado na linha Caminho do Rio Cocho do Districto Itajahy Mercilio da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

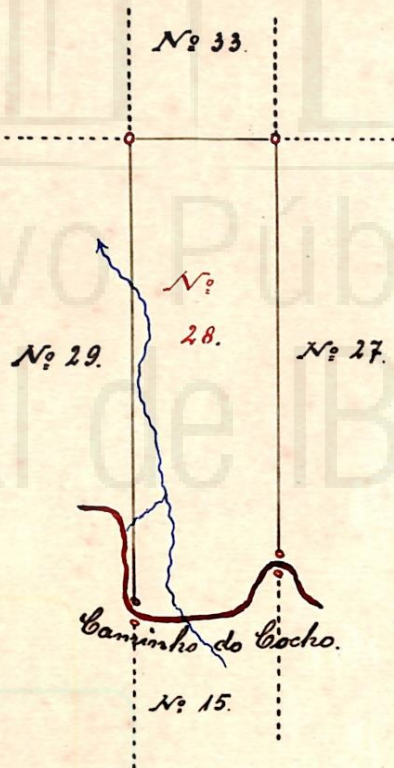
O sobredito lote colonial contem uma area de 15,0 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 400,00 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 28 de Abrie de 1913
vigo 30.

O Representante.

José Oschrecht



Escala 1/10000

Hammonia, em 30 de Abril, de 1913.

W. Weber.

R 169
19

II

Kolonie No. 28

TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS.

Landanweisungs-Schein

Colonia „HANSA“

Município **BLUMENAU**
Districto **ITAJAHY HERCILIO**

A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo
presente documento ao colono

Ferdinand - Osswald
Odebrecht

um lote colonial situado *no Cami-*
nho Faguaras n.º
28

com uma area superficial de pouco mais ou menos
15.50 hectares e ao preço de

Rs. *40.000* por cada hectare,

submettendo-se o dito colono ás obrigações
geraes estabelecidas para todos os proprietarios
da Colonia Hansa, especialmente ás determina-
ções e condições seguintes, obrigando-se por
sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

O preço de compra do lote é pagavel no
espaço de cinco annos nas seguintes condições:

Quando o concessionario tomar conta do
lote tem de ser pago 10% do valor da compra.

No fim do 1º 2º 3º e 4º anno o concessionario
é obrigado entrar cada vez com a 1/5 quinta
parte do valor da compra.

No fim do 5º anno tem de ser pago o restante
do valor da compra.

Da importancia do valor do lote o con-
cessionario pagará o premio de 6% seis por
cento ao anno.

O lote fica propriedade da Sociedade Colo-
nizadora Hanseatica com responsabilidade limi-
tada em Hamburgo até se tiver realizado o
pagamento inteiro do preço de compra e dos
respectivos juros, não podendo ser antes nem
hypotheclado, nem vendido ou carregado de
onus qualquer sem prévio consentimento da
Direcção da Colonia.

Colonie „Hansa“

Municip **BLUMENAU**
District **ITAJAHY HERCILIO**

Dem Kolonisten

Osswald Odebrecht

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein

Grundstück, belegen *an der Fa-*
guarasstrasse N.º 28

mit einem Flächenraum von circa *15.50* Hectar und

zum Preise von Reis *40.000 (620.000)*

p. Hectar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe
den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der
Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestim-
mungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen
Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis beträgt durchschnittlich 44 Milreis
für den Hectar.

Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb 5 Jahren in
folgenden Raten:

bei Abschluß des Kaufvertrages ist eine Anzahlung
von 10% der Kaufsumme zu leisten;

nach Ablauf des 1., 2., 3. und 4. Jahres ist je 1/5
und nach Ablauf des 5. Jahres der Rest der Kauf-
summe zu entrichten.

Die jeweilige Schuldsumme ist mit 6% zu verzinsen.

Bei Auszahlung des Kaufpreises innerhalb 6 Mo-
naten nach Abschluß des Kaufvertrages wird eine Ver-
gütung von 10% gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des
Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigenthum der
„Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in
Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des
Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolo-
nie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch
sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt
werden.

O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno :

O concessionario do lote obrigue-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultivatio e principalmente :

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificacão d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote n'uma extençao de 30 mtr. de largura, e no caso que a o leite da estrada ja estiver traçado tirar tudo que posse difficultar o transitio.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

2°. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonia! pagará annualmente uma contribuicão nunca menor de cem (100) reis por hectare.

3°. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigacão de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4°. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cabido ou por alguma vegetacão brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

5°. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigacão a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

6°. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fôr julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a com-

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besignachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen :

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thätiglich in Besitz zu nehmen und insbesondere :

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen ;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat ;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Ziele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als notwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniesplatzes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Rs für jedes Hectar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperret werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, üerdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Kehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Kosten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grund-

munidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliação de peritos.

7°. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnização alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8°. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e poderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

9°. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que tres mezes.

10°. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

11°. Em quanto não fôr passado o titulo definitivo por tanto em quanto não for pago o lote o concessionario obrigue-se de entrar nos cofres da Sociedade Colonisadora Hanseatica com a metade, isto é 50% do producto obtido com madeiras vendido do referido

benefício zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn die Zahlungen des bedungenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich ertheilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

9. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derielbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

10. Den entgeltigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50%) des Ertrages für verkaufttes Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

A Direcção da Colonia „HANSA“

O CONCESSIONARIO.

Hammonia, em 22 de Maio de 1906

Zeugen:

Jose Decke

Reconheço como data
da venda o dia 1º de
Janeiro de 1903.

Emat Webrecht

29

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Oswaldo Ordebrecht comprado o lote colonial No. 29, situado no caminho do Rio Cocho do Districto Itajahy Hercilio Blumenau da Colonia „Hansa“ no Municipio de e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisório por elle assignado.

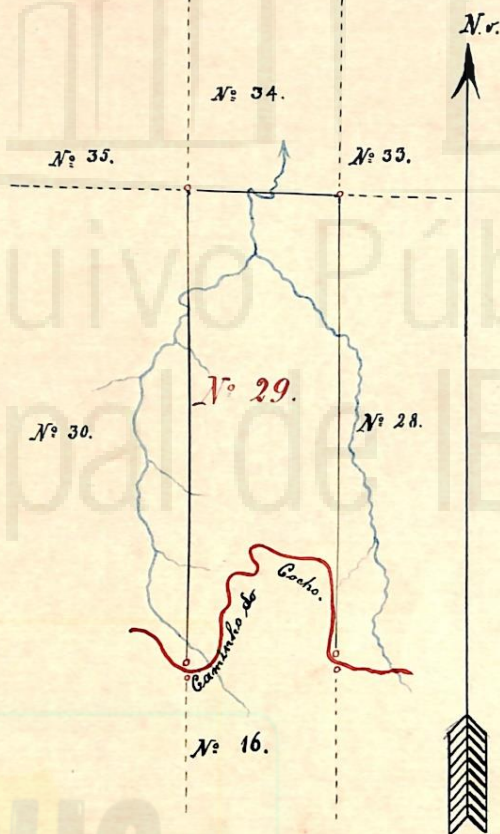
O sobredito lote colonial contem uma area de 13,20 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40,000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 30 de Abril de 1913.

O Representante.

José Duarte



Escala 1: 10 000

30

Titulo definitivo de propriedade.



A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Oswald Odebrecht ✓ comprado o lote colonial No. 30, situado no caminho do Rio Cocho ✓ do Districto Itajahy Mercilio da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

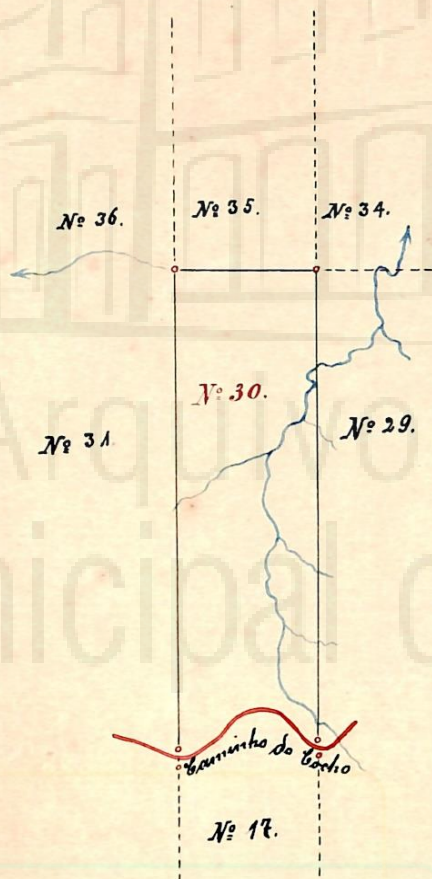
O sobredito lote colonial contem uma area de 15,70 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 4000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 30 de Abrie de 1913.

O Representante.

Jose Guebe



N. o.



Escala 1:10000.

R. 15
6

29 e 30

II

Kolonie No. 29, 30

TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS.

Landanweisungs-Schein

Colonia „HANSA“

Município *Blumenau*Districto *Gerencio*A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo
presente documento ao colono*Oswald Odebrecht*um lote colonial situado *no Cami-*
nho Faguaras de
*29 e 30*com uma area superficial de pouco mais ou menos
29 hectares e ao preço deRs. *40.000* por cada hectare,submettendo-se o dito colono ás obrigações
geraes estabelecidas para todos os proprietarios
da Colonia Hansa, especialmente ás determina-
ções e condições seguintes, obrigando-se por
sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:O preço de compra do lote é pagavel no
espaço de cinco annos nas seguintes condições:Quando o concessionario tomar conta do
lote tem de ser pago 10% do valor da compra.No fim do 1º 2º 3º e 4º anno o concessionario
é obrigado entrar cada vez com a 1/5 quinta
parte do valor da compra.No fim do 5º anno tem de ser pago o restante
do valor da compra.Da importancia do valor do lote o con-
cessionario pagará o premio de 6% seis por
cento ao anno.O lote fica propriedade da Sociedade Colo-
nizadora Hanseatica com responsabilidade limi-
tada em Hamburgo até se tiver realizado o
pagamento inteiro do preço de compra e dos
respectivos juros, não podendo ser antes nem
hypothecado, nem vendido ou carregado de
onus qualquer sem prévio consentimento da
Direcção da Colonia.

Colonie „Hansa“

Municip *Blumenau*District *Gerencio*

Dem Kolonisten

Oswald Odebrecht

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein

Grundstück, belegen *an der Fa-*
guaras - Strasse 29 e
*29 - 30*mit einem Flächenraum von circa *29* Hectar undzum Preise von Reis *44.000 (1:16.000)*
*senai sopra tributação.*p. Hectar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe
den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der
Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestim-
mungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen
Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.
Der Kaufpreis beträgt durchschnittlich 44 Mitrreis
für den Hectar.Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb 5 Jahren in
folgenden Raten:bei Abschluß des Kaufvertrages ist eine Anzahlung
von 10% der Kaufsumme zu leisten;nach Ablauf des 1., 2., 3. und 4. Jahres ist je 1/5
und nach Ablauf des 5. Jahres der Rest der Kauf-
summe zu entrichten.

Die jeweilige Schuldsumme ist mit 6% zu verzinsen.

Bei Auszahlung des Kaufpreises innerhalb 6 Mo-
naten nach Abschluß des Kaufvertrages wird eine Ver-
gütung von 10% gewährt.Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des
Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigenthum der
„Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in
Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des
Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolo-
nie-Direction weder verpfändet, noch veräußert, noch
sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt
werden.

O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno :

O concessionario do lote obrigue-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultural-o e principalmente :

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que a o leite da estrada ja estiver traçado tirar tudo que posse difficultar o transito.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

2°. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma contribuição nunca menor de cem (100) reis por hectare.

3°. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4°. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

5°. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

6°. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulção de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto for julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservação d'estas obras da incumbencia de toda a com-

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen :

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere :

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen ;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat ;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Ziele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniestückes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Rs für jedes Hectar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Baum oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhägen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Kehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insofern dadurch dem Grundbesitzer mehr Kosten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grund-

munidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliação de peritos.

7°. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8°. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e poderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

9°. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que tres mezes.

10°. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

11°. Em quanto não fôr passado o titulo definitivo por tanto em quanto não for pago o lote o concessinario obrigue-se de entrar nos cofres da Sociedade Colonisadora Hanseatica com a metade, isto é 50% do producto obtido com madeiras vendido do referido

beſitzer zu erhalten ſind, und überdies der betroffene Grundbeſitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entſchädigt werden ſoll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn die Zahlungen des bedungenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich ertheilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

9. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgesehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

10. Den entgültigen Beſitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50%) des Ertrages für verkaufte Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

A Direcção da Colonia „HANSA“

O CONCESSIONARIO.

Hammonia, em 22 de Maio de 1906.

Zeugen:

Reconheco como data
da venda o dia 1º de
março de 1901.

Jose Deck

Ornat Oberrecht

31

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Friedrich Werner comprado o lote colonial No 31, situado na linha caminho das Taquaras do Districto Itajahy Hercilio da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de 21,8855 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

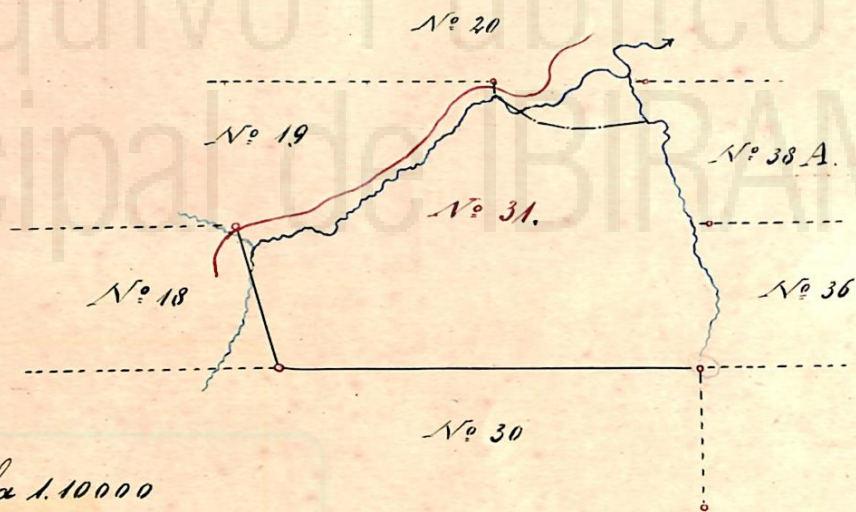
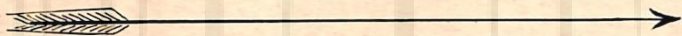
E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 2 de Dezembro de 1916

O Representante.

José Queiroz

Director.



Escala 1:10000

Hammonia, em 2 de Dezembro de 1916

Werner Weber.

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Frederico Warner comprado o lote colonial Nr. 31, situado no caminho de Jaguarias do Districto

Magdy-Frederico da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisório por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de 24 hectares, sendo vendido a razão de Rs. Oito centos e oitenta e oito milreis tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Blumenau em 2 de Junho de 1903

O Representante.



Registrado Livro de Fumbras
pag 46 Livro de conta geral
pag 5-

Brasília 2 de Junho de 1905
O Inspecto do Distrito
José Alves

Arquivo Público

Municipal de IBIRAMA

CAMPUS DE CULTURA
IBIRAMA UDESC



32

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que, havendo o colono Friedrich Nagel comprado o lote colonial Nº 32, situado na linha Rio Jaguaras da Colonia Hammonia no Municipio de Blumenau, e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica e do Estado, como tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

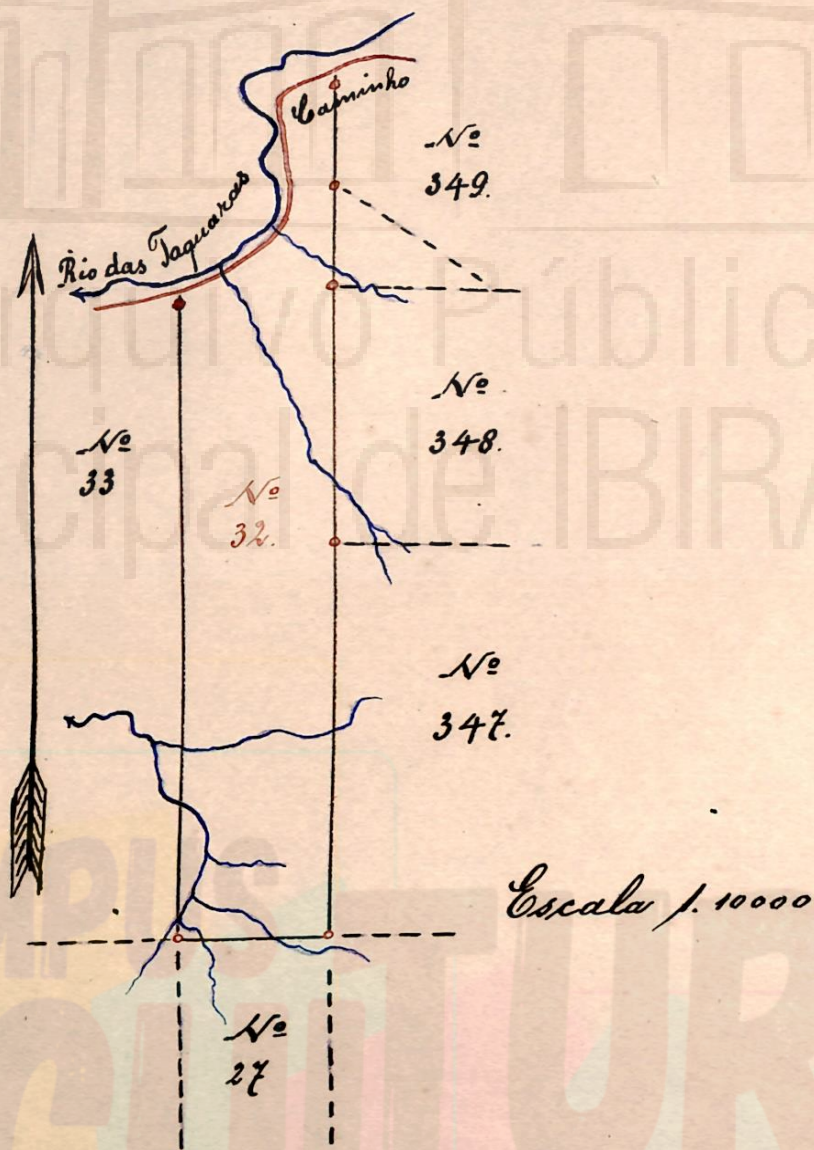
O sobredito lote colonial contem uma area de 25,40 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40.000 por cada hectare, tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia, em 14 de Agosto de 1923.

O Representante

José Decke, Director



Hammonia, em 14 de Agosto de 1923.

Werner Weber.

32
TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS.

Landanweisungs-Schein

*Zufolge Kauf-
contractes des
(Hauptact.) von
Landan-
weisung 24/6/903
Linschum*

Colonia „HANSA“

Districto

Linschum

A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo pre-
sente documento ao colono *Friedrich*

Nagel

um lote colonial situado

*Rio Ta-
guaras Nº 32*

com uma area superficial de pouco mais ou menos

2540 hectares e ao preço de
R\$ *Tringiz Milreis* por cada hectare,
submettendo-se o dito colono ás obrigações geraes
estabelecidas para todos os proprietarios da Colonia
Hansa, especialmente ás determinações e condições
seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem
e fielmente cumpri-las:

O preço de compra paga annualmente o juro
de seis por cem e ha-de-ser embolsada o mais tarde
até ao fim do quinto anno.

O lote fica propriedade da Sociedade Colonisa-
dora Hanseatica com responsabilidade limitada em
Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro
do preço de compra e dos respectivos juros, não po-
dendo ser antes nem hypothecado, nem vendido ou
carregado de onus qualquer sem prévio consentimento
da Direcção da Colonia.

A medição e demarcação do lote colonial, assim
como a expedição do respectivo titulo de propriedade
serão feitas por conta da Direcção da Colonia.

O concessionario do terreno de que trata o presente
documento obriga-se por si e por seus successores
na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes
inherentes á posse do dito terreno:

1.º O concessionario obriga-se a tomar posse
effectiva do terreno logo que lhe for entregue o mes-
mo, principiando a trabalhar n'elle e particularmente
a) a derribar dentro de seis (6) mezes a contar do
dia da entrega do terreno pelo menos trinta metros
de largura do matto ao lado do caminho, tendo elle,
no caso de já ser limpo o traço, de tirar á sua prop-
ria custa as madeiras que cahirão sobre o caminho.

b) a ter derribado e cultivado dentro do prazo de
mais seis (6) mezes, a contar do mesmo dia, pelo
menos a decima parte de seu terreno e a conserva-la
em cultura.

2.º Os caminhos construidos pela Direcção da
Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de
esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom
estado por todos os colonos interessados. Para este

Colonie „HANSA“

District

Linschum

Dem Kolonisten *Friedrich*

Nagel

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein

Grundstück, belegen

*Rio Taguaras
Nº 32*

mit einem Flächenraum von circa *2540* Hectar und

zum Preise von Reis *Tringiz Milreis*

p. Hectar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe
den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der
Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestim-
mungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen
Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis wird von Uebernahme des Colonie-
platzes an mit 6% jährlich verzinst und muß spätestens
mit Ablauf des fünften Jahres bezahlt werden.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung
des Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigenthum
der „Hanseatischen-Colonisations-Gesellschaft m. b. H.
in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des
Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolo-
nie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch
sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt
werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes,
sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber erfolgt
von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes
übernimmt für sich und seine Besizgnachfolger folgende
mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflicht-
ungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe
sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten
thatsächlich in Besiz zu nehmen und insbesondere:

a) binnen 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung
an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer
Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei
er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle
von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden
Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

b) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den
zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und
ferner darin zu erhalten. —

2. Die von der Colonie-Direktion hergestellten Ver-
kehrswegen (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele,
Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der
Grundbesizer stets im guten Stande zu erhalten. Zu

fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma cotisação nunca menor de cem (100) reis por hectare.

3.º Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar desassombrados os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4.º As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstáculos.

5.º Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos vizinhos.

6.º Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fór julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliacao de peritos.

7.º A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisicão seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8.º Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado, sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispor livremente de tal lote.

9.º Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu proeutor, mas a apresentar tambem uma declaracão do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e de dispor d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que tres mezes.

diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Kolonienplatzes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hectar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengraben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, moegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bäumen nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn die Zahlung des bedungenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich ertheilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

9. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

10.º O concessionário receberá o título definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonizadora Hansatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

A Direcção da Colonia „HANSA”

Dr. J. J. J. J.

Friedrich Nagel

10. Den entgeltigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen

Hamburgo 15. Mai 1909

O Concessionario.

Friedrich Nagel

Arquivo Público

Municipal de IBIRAMA

CAMPUS
DE CULTURA
UDESC

33

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que, havendo o colono Julius Braatz comprado o lote colonial Nº 33, situado na linha caminho Rio Taquaras da Colonia Hammonia no Municipio de Blumenau, e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica e do Estado, como tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

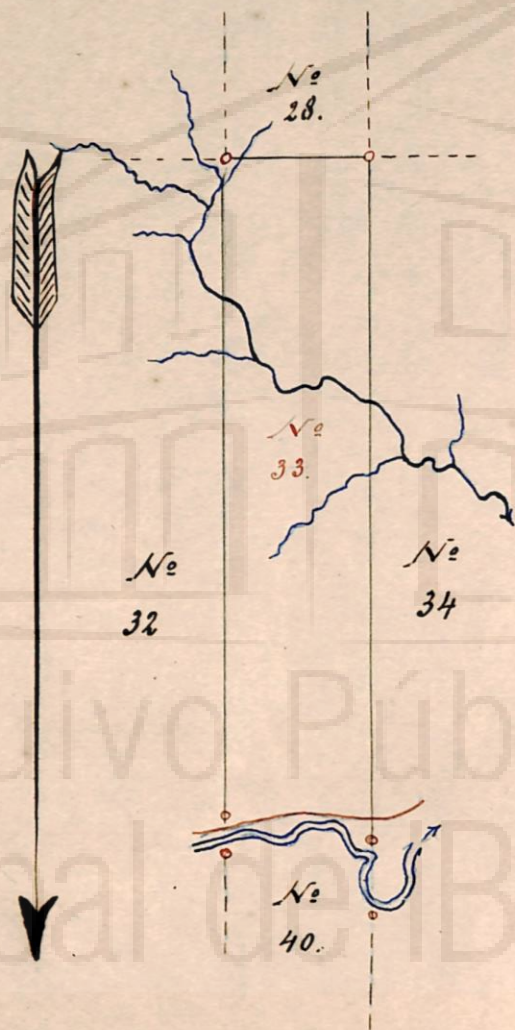
O sobredito lote colonial contem uma area de 22,30 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40.000 por cada hectare, tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia, em 6 de Novembro de 1920.

O Representante

José de R. Director



Escala 1:10 000.

Hammonia, em 6 de Novembro de 1920.

Werner Weber.

Lote No. 33

2a Via.

TITULO PROVISORIO

Estado de Santa Catharina, Brazil.

Município Blumenau

Núcleo Colonial Itajahy Hercilio

Linha Taquaras

Numero do lote 33

Area do lote 22,30 Hectares

Preço por Hectare Rs. 40000

Preço do lote Rs. 892000 e 50000 da 1ª transferencia

Auxílios, casa provisoria etc. Rs. —

Nome do Colono } Julius Braatz

Nome dos Colonistas } —

Condições da compra.

O supra mencionado Colono submete-se ás obrigações geraes estabelecidas para todos os proprietarios desta Colonia e especialmente ás determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

1. O preço de compra do lote é pagavel no espaço de 5 annos pelas seguintes prestações:

No dia da compra Rs. (a contar de dia 24.3.09)

No fim do 1º anno Rs. 1/5

No fim do 2º anno Rs. 1/5

No fim do 3º anno Rs. 1/5

No fim do 4º anno Rs. 1/5

No fim do 5º anno Rs. 1/5

No fim do 6º anno Rs. —

No fim do 7º anno Rs. —

2. Os juros serão contados desde o dia 10 de abril de 1904 sendo pelo premio de (6%)

Kaufbedingungen.

Oben genannter Kolonist unterwirft sich den allgemeinen Verpflichtungen dieser Kolonie; insbesondere verpflichtet er sich durch seine Unterschrift zur Erfüllung der nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen:

1. Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb 5 Jahren in folgenden Raten:

Am Verkaufstage Rs. — ab 24. März 1909.

Nach Ablauf des 1. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 2. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 3. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 4. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 5. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 6. Jahres Rs. —

Nach Ablauf des 7. Jahres Rs. —

2. Vom 10. April 1904 werden (6%) Zinsen auf die jeweilige Schuldsumme bezahlt, gleichviel

..... por cento ao anno sobre a quantia restante do valor do lote; pagando se os mesmos juros sobre auxilios, se as houver e se não for feito e assignado sobre elles um qualquer documento especial.

3. O lote fica propriedade da Sociedade Colonizadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes nem hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

4. O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultivavel e principalmente:

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote, n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que o leito da estrada já estiver traçado tirar tudo que possa difficultar o transito.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

5. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornarem-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma contribuição nunca menor de cem (100) reis por hectare.

6. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

7. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessam podem ser endereitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

8. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos vizinhos.

9. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fôr julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado

ob auf Land oder Vorflüsse, — wenn für letztere nicht ein Spezialvertrag abgeschlossen ist.

3. Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigentum der „Hanseatischen-Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolonie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

4. Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten tatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Teil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

5. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Ziele, Wasserabzüge usw.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets in gutem Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als notwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Kolonieplatzes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Mk. für jedes Hektar betragen soll.

6. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

7. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und reguliert, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachteile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

8. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitztums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Teil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

9. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulierung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Pechm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grund-

pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliação de peritos.

10. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

11. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

12. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promete de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que trez mezes.

13. A Direcção da Colonia só consentirá no exposto do § 12, se o concessionario satisfaz em todas as circumstancias suas obrigações com a Sociedade até a data da entrega ao procurador.

14. Em quanto não for passado o titulo definitivo, por tanto, em quanto não for pago o lote do concessionario não pode o mesmo vender madeira ou qualquer outro producto natural do respectivo lote sem consentimento da Direcção, e esta sómente consentirá na venda, se uma qualquer quantia, marcada por ella, for paga por conta do terreno.

15. Se a Direcção se ver obrigada de requerer perante a justiça despejo do lote de conformidade com o art. 11, ficarão pertencentes á Sociedade Colonisadora Hanseatica todas as bemfeitorias existentes no lote, não tendo o concessionario direito algum de ser indemnizado, como tambem correm todas as custas que resultarem do respectivo processo por conta do concessionario.

10. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

beizter für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

10. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstück zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

11. Wenn die Zahlungen des bedungenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

12. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

13. Die Kolonie-Direktion wird in dem unter 12 Gesagten nur dann einwilligen, wenn der Grundbesitzer bisher seinen Verpflichtungen voll und ganz nachgekommen ist.

14. Solange das Grundstück nicht bezahlt und der definitive Besitztitel noch nicht ausgestellt ist darf der Inhaber weder Holz noch sonstige Naturprodukte von der Kolonie, ohne Einwilligung der Direktion verkaufen; die Direktion wird nur dann in den Verkauf willigen, wenn ein von ihr festzusetzender Betrag auf Landschuld einbezahlt wird.

15. Wenn die Direktion sich genötigt sehen sollte, auf Grund des Satzes 11 gerichtliche Aussetzung des Inhabers zu verlangen, so hat der letztere keinerlei Anspruch auf Entschädigung für Haus oder sonstige von ihm auf der Kolonie bewirkten Verbesserungen, dahingegen laufen sämtliche mit der Aussetzung verbundene Kosten für Rechnung desselben.

16. Den entgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Hammonia, em 24 de Março de 1909.



O encarregado da venda de terras

José Gueke

Assignatura do Concessionario

Julius Bragg

Testemunhas

Bezahlt wurden an
Übertragungsge-
bühr 600000

1' via

Kolonie No. 33

Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município Blumenau

Landanweisungs-Schein

Colonie „HANSA“

Distrikt Itajahy Hercilio

Dem Kolonisten Paul Kluth

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein Grundstück, gelegen am Fagua
nas 22.30

mit einem Flächenraum von 22.30 Hektar und zum Preise von Rs. 400000 p. Hektar

angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesitzers der Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünktlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist laut Vereinbarung in folgenden Raten zu bezahlen:

Je ein Fünftel nach Ablauf des dritten, vierten, fünften, sechsten und siebenten Jahres.

Der Käufer verpflichtet sich, die Kaufsumme nach Ablauf des zweiten Jahres mit 6% zu verzinsen. Theilzahlungen werden zu jeder Zeit und in jeder Höhe unter Vergütung der entsprechenden Zinsen angenommen.

Bei Baarzahlung werden 10% Rabatt gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der betreffenden Zinsen Eigentum der „Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-Direktion weder verpfändet, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes, sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber, erfolgt von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Colonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Kolonieplatzes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengraben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch die Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, **ohne Entschädigung** aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstück erlangt hat, so hat die Gesellschaft das Recht, Räumung des Grundstückes zu verlangen und darüber anderweitig zu verfügen, wenn der Ansiedler:

a) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als einen Monat davon entfernt hält;

b) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme auf dem Grundstück nicht einen Platz zur Erbauung eines Hauses gerodet hat;

c) innerhalb sechs Monaten nach der Uebernahme nicht ein Wohnhaus errichtet und mit der Bepflanzung des Grundstückes begonnen hat;

d) nach Ablauf von drei Monaten seit der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als ein Jahr davon entfernt hält;

e) innerhalb fünf Jahren nach der Uebernahme nicht mindestens die Hälfte des Kaufpreises sowie die Hälfte der schuldigen Zinsen bezahlt hat;

f) innerhalb sieben Jahren nach der Uebernahme nicht den gesammten Kaufpreis nebst Zinsen bezahlt hat.

In allen Fällen ist die vorherige Genehmigung des zuständigen deutschen Konsuls oder seines Vertreters erforderlich; in den Fällen unter b, c, e und f ist dem Ansiedler die Hälfte der auf den Kaufpreis geleisteten Zahlungen sowie der Werth der von ihm bewirkten Verbesserungen zu vergüten.

9. Den endgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

10. Beschwerden über mangelhafte Erfüllung dieses Vertrages, Schadenersatz-Ansprüche u. s. w. sind seitens des Kolonisten bei der Direktion der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft zu erheben. Wenn dasselbst keine Einigung erzielt werden kann, so ist die Entscheidung des zuständigen deutschen Konsuls oder dessen Stellvertreters maßgebend.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt ist, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50 %) des Ertrages für verkaufte Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

Hammonia den 12ten Januar 1905

Unterschrift des Käufers:

Kauftag 10-4-02.

Unterschrift des Verkäufers:

Für die Direktion
Yosi Decker

Paul Kluth.

Richard Wildenhain.
A. Götting

Hanseatische Kolonie a. b.
2. 26. 3. 04. P. Kluth.

Geleistete Zahlungen

Datum	Zinsen	auf Land	Quittung über geleistete Zahlung
15/5.05	—	—	5000
31/3.06	36810	Land	53520 Zinsen
2/10.06	53030	—	—
24/11.06	8020	—	—

TITULO PROVISORIO

Estado de Santa Catharina, Brazil.

Município

Blumenau

Núcleo Colonial

Itajaí - Hercílio

Linha

Taquarar

Número do lote

34

Área do lote

21.20

Hectares

Preço por Hectare Rs.

32\$000

Preço do lote Rs.

778\$400

Auxílios, casa provisória etc. Rs.

898\$020 e juros sobre impendimentos até hoje de 38\$400 e juros sobre aluguel até hoje de 36\$2\$1970

Nome do Colono

Nome dos Colonistas

Georg Barthold, successor de Max Zierhold

Condição da compra.

O supra mencionado Colono submete-se às obrigações geraes estabelecidas para todos os proprietarios desta Colonia e especialmente às determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

§ 1. O preço de compra do lote é pagavel no espaço de cinco annos pelas seguintes prestações:

No dia da compra	Rs.	No dia	Rs.
1.º de Março de 1915	Rs. 155	1.º de Março de 1916	Rs. 155
1.º de Março de 1917	Rs. 155	1.º de Março de 1918	Rs. 155
1.º de Março de 1919	Rs. 155	1.º de Março de 1920	Rs. 155
1.º de Março de 1921	Rs. 155	1.º de Março de 1922	Rs. 155
1.º de Março de 1923	Rs. 155	1.º de Março de 1924	Rs. 155
1.º de Março de 1925	Rs. 155	1.º de Março de 1926	Rs. 155
1.º de Março de 1927	Rs. 155	1.º de Março de 1928	Rs. 155
1.º de Março de 1929	Rs. 155	1.º de Março de 1930	Rs. 155
1.º de Março de 1931	Rs. 155	1.º de Março de 1932	Rs. 155
1.º de Março de 1933	Rs. 155	1.º de Março de 1934	Rs. 155
1.º de Março de 1935	Rs. 155	1.º de Março de 1936	Rs. 155
1.º de Março de 1937	Rs. 155	1.º de Março de 1938	Rs. 155
1.º de Março de 1939	Rs. 155	1.º de Março de 1940	Rs. 155
1.º de Março de 1941	Rs. 155	1.º de Março de 1942	Rs. 155
1.º de Março de 1943	Rs. 155	1.º de Março de 1944	Rs. 155
1.º de Março de 1945	Rs. 155	1.º de Março de 1946	Rs. 155
1.º de Março de 1947	Rs. 155	1.º de Março de 1948	Rs. 155
1.º de Março de 1949	Rs. 155	1.º de Março de 1950	Rs. 155
1.º de Março de 1951	Rs. 155	1.º de Março de 1952	Rs. 155
1.º de Março de 1953	Rs. 155	1.º de Março de 1954	Rs. 155
1.º de Março de 1955	Rs. 155	1.º de Março de 1956	Rs. 155
1.º de Março de 1957	Rs. 155	1.º de Março de 1958	Rs. 155
1.º de Março de 1959	Rs. 155	1.º de Março de 1960	Rs. 155
1.º de Março de 1961	Rs. 155	1.º de Março de 1962	Rs. 155
1.º de Março de 1963	Rs. 155	1.º de Março de 1964	Rs. 155
1.º de Março de 1965	Rs. 155	1.º de Março de 1966	Rs. 155
1.º de Março de 1967	Rs. 155	1.º de Março de 1968	Rs. 155
1.º de Março de 1969	Rs. 155	1.º de Março de 1970	Rs. 155
1.º de Março de 1971	Rs. 155	1.º de Março de 1972	Rs. 155
1.º de Março de 1973	Rs. 155	1.º de Março de 1974	Rs. 155
1.º de Março de 1975	Rs. 155	1.º de Março de 1976	Rs. 155
1.º de Março de 1977	Rs. 155	1.º de Março de 1978	Rs. 155
1.º de Março de 1979	Rs. 155	1.º de Março de 1980	Rs. 155
1.º de Março de 1981	Rs. 155	1.º de Março de 1982	Rs. 155
1.º de Março de 1983	Rs. 155	1.º de Março de 1984	Rs. 155
1.º de Março de 1985	Rs. 155	1.º de Março de 1986	Rs. 155
1.º de Março de 1987	Rs. 155	1.º de Março de 1988	Rs. 155
1.º de Março de 1989	Rs. 155	1.º de Março de 1990	Rs. 155
1.º de Março de 1991	Rs. 155	1.º de Março de 1992	Rs. 155
1.º de Março de 1993	Rs. 155	1.º de Março de 1994	Rs. 155
1.º de Março de 1995	Rs. 155	1.º de Março de 1996	Rs. 155
1.º de Março de 1997	Rs. 155	1.º de Março de 1998	Rs. 155
1.º de Março de 1999	Rs. 155	1.º de Março de 2000	Rs. 155
1.º de Março de 2001	Rs. 155	1.º de Março de 2002	Rs. 155
1.º de Março de 2003	Rs. 155	1.º de Março de 2004	Rs. 155
1.º de Março de 2005	Rs. 155	1.º de Março de 2006	Rs. 155
1.º de Março de 2007	Rs. 155	1.º de Março de 2008	Rs. 155
1.º de Março de 2009	Rs. 155	1.º de Março de 2010	Rs. 155
1.º de Março de 2011	Rs. 155	1.º de Março de 2012	Rs. 155
1.º de Março de 2013	Rs. 155	1.º de Março de 2014	Rs. 155
1.º de Março de 2015	Rs. 155	1.º de Março de 2016	Rs. 155
1.º de Março de 2017	Rs. 155	1.º de Março de 2018	Rs. 155
1.º de Março de 2019	Rs. 155	1.º de Março de 2020	Rs. 155
1.º de Março de 2021	Rs. 155	1.º de Março de 2022	Rs. 155
1.º de Março de 2023	Rs. 155	1.º de Março de 2024	Rs. 155
1.º de Março de 2025	Rs. 155	1.º de Março de 2026	Rs. 155
1.º de Março de 2027	Rs. 155	1.º de Março de 2028	Rs. 155
1.º de Março de 2029	Rs. 155	1.º de Março de 2030	Rs. 155
1.º de Março de 2031	Rs. 155	1.º de Março de 2032	Rs. 155
1.º de Março de 2033	Rs. 155	1.º de Março de 2034	Rs. 155
1.º de Março de 2035	Rs. 155	1.º de Março de 2036	Rs. 155
1.º de Março de 2037	Rs. 155	1.º de Março de 2038	Rs. 155
1.º de Março de 2039	Rs. 155	1.º de Março de 2040	Rs. 155
1.º de Março de 2041	Rs. 155	1.º de Março de 2042	Rs. 155
1.º de Março de 2043	Rs. 155	1.º de Março de 2044	Rs. 155
1.º de Março de 2045	Rs. 155	1.º de Março de 2046	Rs. 155
1.º de Março de 2047	Rs. 155	1.º de Março de 2048	Rs. 155
1.º de Março de 2049	Rs. 155	1.º de Março de 2050	Rs. 155
1.º de Março de 2051	Rs. 155	1.º de Março de 2052	Rs. 155
1.º de Março de 2053	Rs. 155	1.º de Março de 2054	Rs. 155
1.º de Março de 2055	Rs. 155	1.º de Março de 2056	Rs. 155
1.º de Março de 2057	Rs. 155	1.º de Março de 2058	Rs. 155
1.º de Março de 2059	Rs. 155	1.º de Março de 2060	Rs. 155
1.º de Março de 2061	Rs. 155	1.º de Março de 2062	Rs. 155
1.º de Março de 2063	Rs. 155	1.º de Março de 2064	Rs. 155
1.º de Março de 2065	Rs. 155	1.º de Março de 2066	Rs. 155
1.º de Março de 2067	Rs. 155	1.º de Março de 2068	Rs. 155
1.º de Março de 2069	Rs. 155	1.º de Março de 2070	Rs. 155
1.º de Março de 2071	Rs. 155	1.º de Março de 2072	Rs. 155
1.º de Março de 2073	Rs. 155	1.º de Março de 2074	Rs. 155
1.º de Março de 2075	Rs. 155	1.º de Março de 2076	Rs. 155
1.º de Março de 2077	Rs. 155	1.º de Março de 2078	Rs. 155
1.º de Março de 2079	Rs. 155	1.º de Março de 2080	Rs. 155
1.º de Março de 2081	Rs. 155	1.º de Março de 2082	Rs. 155
1.º de Março de 2083	Rs. 155	1.º de Março de 2084	Rs. 155
1.º de Março de 2085	Rs. 155	1.º de Março de 2086	Rs. 155
1.º de Março de 2087	Rs. 155	1.º de Março de 2088	Rs. 155
1.º de Março de 2089	Rs. 155	1.º de Março de 2090	Rs. 155
1.º de Março de 2091	Rs. 155	1.º de Março de 2092	Rs. 155
1.º de Março de 2093	Rs. 155	1.º de Março de 2094	Rs. 155
1.º de Março de 2095	Rs. 155	1.º de Março de 2096	Rs. 155
1.º de Março de 2097	Rs. 155	1.º de Março de 2098	Rs. 155
1.º de Março de 2099	Rs. 155	1.º de Março de 2100	Rs. 155

§ 2. Os juros serão contados desde o dia 1.º de Março de 1915, sendo pelo premio de 6% por cento ao anno sobre a quantia restante do valor do lote; pagando se os mesmos juros sobre auxílios, se as houver e se não for feito e assignado sobre elles um qualquer documeeto especial.

§ 3. O lote fica propriedade da Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

Kaufbedingungen.

Oben genannter Kolonist unterwirft sich den allgemeinen Verpflichtungen dieser Kolonie; insbesondere verpflichtet er sich durch seine Unterschrift zur Erfüllung der nachstehenden Bestimmungen:

§ 1. Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb fünf Jahren in folgenden Raten:

Am Verkaufstage	Rs.	Am	Rs.
1.º März 1915	Rs. 155	1.º März 1916	Rs. 155
1.º März 1917	Rs. 155	1.º März 1918	Rs. 155
1.º März 1919	Rs. 155	1.º März 1920	Rs. 155
1.º März 1921	Rs. 155	1.º März 1922	Rs. 155
1.º März 1923	Rs. 155	1.º März 1924	Rs. 155
1.º März 1925	Rs. 155	1.º März 1926	Rs. 155
1.º März 1927	Rs. 155	1.º März 1928	Rs. 155
1.º März 1929	Rs. 155	1.º März 1930	Rs. 155
1.º März 1931	Rs. 155	1.º März 1932	Rs. 155
1.º März 1933	Rs. 155	1.º März 1934	Rs. 155
1.º März 1935	Rs. 155	1.º März 1936	Rs. 155
1.º März 1937	Rs. 155	1.º März 1938	Rs. 155
1.º März 1939	Rs. 155	1.º März 1940	Rs. 155
1.º März 1941	Rs. 155	1.º März 1942	Rs. 155
1.º März 1943	Rs. 155	1.º März 1944	Rs. 155
1.º März 1945	Rs. 155	1.º März 1946	Rs. 155
1.º März 1947	Rs. 155	1.º März 1948	Rs. 155
1.º März 1949	Rs. 155	1.º März 1950	Rs. 155
1.º März 1951	Rs. 155	1.º März 1952	Rs. 155
1.º März 1953	Rs. 155	1.º März 1954	Rs. 155
1.º März 1955	Rs. 155	1.º März 1956	Rs. 155
1.º März 1957	Rs. 155	1.º März 1958	Rs. 155
1.º März 1959	Rs. 155	1.º März 1960	Rs. 155
1.º März 1961	Rs. 155	1.º März 1962	Rs. 155
1.º März 1963	Rs. 155	1.º März 1964	Rs. 155
1.º März 1965	Rs. 155	1.º März 1966	Rs. 155
1.º März 1967	Rs. 155	1.º März 1968	Rs. 155
1.º März 1969	Rs. 155	1.º März 1970	Rs. 155
1.º März 1971	Rs. 155	1.º März 1972	Rs. 155
1.º März 1973	Rs. 155	1.º März 1974	Rs. 155
1.º März 1975	Rs. 155	1.º März 1976	Rs. 155
1.º März 1977	Rs. 155	1.º März 1978	Rs. 155
1.º März 1979	Rs. 155	1.º März 1980	Rs. 155
1.º März 1981	Rs. 155	1.º März 1982	Rs. 155
1.º März 1983	Rs. 155	1.º März 1984	Rs. 155
1.º März 1985	Rs. 155	1.º März 1986	Rs. 155
1.º März 1987	Rs. 155	1.º März 1988	Rs. 155
1.º März 1989	Rs. 155	1.º März 1990	Rs. 155
1.º März 1991	Rs. 155	1.º März 1992	Rs. 155
1.º März 1993	Rs. 155	1.º März 1994	Rs. 155
1.º März 1995	Rs. 155	1.º März 1996	Rs. 155
1.º März 1997	Rs. 155	1.º März 1998	Rs. 155
1.º März 1999	Rs. 155	1.º März 2000	Rs. 155
1.º März 2001	Rs. 155	1.º März 2002	Rs. 155
1.º März 2003	Rs. 155	1.º März 2004	Rs. 155
1.º März 2005	Rs. 155	1.º März 2006	Rs. 155
1.º März 2007	Rs. 155	1.º März 2008	Rs. 155
1.º März 2009	Rs. 155	1.º März 2010	Rs. 155
1.º März 2011	Rs. 155	1.º März 2012	Rs. 155
1.º März 2013	Rs. 155	1.º März 2014	Rs. 155
1.º März 2015	Rs. 155	1.º März 2016	Rs. 155
1.º März 2017	Rs. 155	1.º März 2018	Rs. 155
1.º März 2019	Rs. 155	1.º März 2020	Rs. 155
1.º März 2021	Rs. 155	1.º März 2022	Rs. 155
1.º März 2023	Rs. 155	1.º März 2024	Rs. 155
1.º März 2025	Rs. 155	1.º März 2026	Rs. 155
1.º März 2027	Rs. 155	1.º März 2028	Rs. 155
1.º März 2029	Rs. 155	1.º März 2030	Rs. 155
1.º März 2031	Rs. 155	1.º März 2032	Rs. 155
1.º März 2033	Rs. 155	1.º März 2034	Rs. 155
1.º März 2035	Rs. 155	1.º März 2036	Rs. 155
1.º März 2037	Rs. 155	1.º März 2038	Rs. 155
1.º März 2039	Rs. 155	1.º März 2040	Rs. 155
1.º März 2041	Rs. 155	1.º März 2042	Rs. 155
1.º März 2043	Rs. 155	1.º März 2044	Rs. 155
1.º März 2045	Rs. 155	1.º März 2046	Rs. 155
1.º März 2047	Rs. 155	1.º März 2048	Rs. 155
1.º März 2049	Rs. 155	1.º März 2050	Rs. 155
1.º März 2051	Rs. 155	1.º März 2052	Rs. 155
1.º März 2053	Rs. 155	1.º März 2054	Rs. 155
1.º März 2055	Rs. 155	1.º März 2056	Rs. 155
1.º März 2057	Rs. 155	1.º März 2058	Rs. 155
1.º März 2059	Rs. 155	1.º März 2060	Rs. 155
1.º März 2061	Rs. 155	1.º März 2062	Rs. 155
1.º März 2063	Rs. 155	1.º März 2064	Rs. 155
1.º März 2065	Rs. 155	1.º März 2066	Rs. 155
1.º März 2067	Rs. 155	1.º März 2068	Rs. 155
1.º März 2069</			

§ 4. O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse efectiva do mesmo iniciando a cultural-o e especialmente:

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres meses uma morada.

b) Ne espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote, n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que o leito da estrada já estiver traçado tirar tudo que possa diffcultar o transito.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

§ 5. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

§ 6. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, do maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos vizinhos.

§ 7. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construção de caminhos e canaes e para a regulação de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fôr julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservação d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias, conforme a avaliação de uma Commissão de trez peritos. Um dos peritos será nomeado pelo respectivo colono e outro pela Sociedade, sendo o terceiro eleito pelos dois primeiro nomeados.

§ 8. O area do terreno vendido será calculada de accordo com a medição e demarcação executada pelo agrimensor da Sociedade a qual deve ser reconhecida valiosa por ambas as partes. No caso de mais tarde se mostrarem erros na medição não serão tomados em consideração as differenças na area, se não exederem a $\frac{1}{2}$ Ha., sendo porém a differença maior a meio hectare, será o preço do lote corrigido correspondentemente. Verificações de medições podem ser executadas pela Direcção, se ella o achar necessario, más tambem podem ser feitas á requisição do concessionario e por conta delle. No ultimo caso só será considerada valiosa a verificação, se o respectivo agrimensor fôr reconhecido competente pela Direcção.

§ 9. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas sem indemnização alguma, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

§ 10. No caso de se acharem no terreno minas de qualquer natureza, o concessionario obriga-se a por á disposição da Sociedade, se ella o reclamar, o terreno necessario para lavrar as ditas minas, sem outra indemnização, senão a concessão do dobro da superficie do terreno requerido, em outro lugar e o pagamento em dinheiro do valor de todas as plantações e construcções existentes no terreno reclamado de accordo com a avaliação de peritos de conformidade com o disposto do § 7.

§ 4. Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten tatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Teil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

§ 5. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldbuche frei zu halten.

§ 6. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitztums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Teil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzulegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

§ 7. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulierung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung einer Kommission von drei Sachverständigen entschädigt werden soll. Einen Sachverständigen bestimmt der Grundbesitzer, einen die Gesellschaft, den dritten wählen die beiden erstgenannten.

§ 8. Die Angabe der Größe des verkauften Geländes gründet sich auf die vom Feldmesser der Gesellschaft ausgeführte Vermessung und wird dieselbe für beide Teile als verbindlich anerkannt. Sollten sich später Differenzen in der Messung herausstellen, so soll ein Mehr oder Weniger von einem halben Hektar nicht berücksichtigt werden, ist der Flächenunterschied aber größer, so wird der Landpreis entsprechend geändert. Nachmessungen kann entweder die Koloniedirektion, wenn sie es für notwendig befindet oder aber auch der Grundbesitzer auf eigene Kosten vornehmen lassen. Im letzteren Falle hat die Messung aber nur dann Gültigkeit, wenn der betreffende Landmesser von der Direktion als zuständig anerkannt ist.

§ 9. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstück zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

§ 10. Wenn sich auf dem Gelände Minen irgend welcher Art finden sollten, so ist der Erwerber verpflichtet, der Gesellschaft, wenn sie es wünscht, dieselben mit der zur Ausbeutung nötigen Landfläche abzutreten, wofür er das Doppelte der Landfläche an anderer Stelle bekommt und ihm der Wert der auf dem abzutretenden Lande befindlichen Pflanzungen und Bauten, nach Abschätzung gemäß § 7, vergütet wird.

§ 11. Não fazendo o concessionário o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá também as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia neste caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

§ 12. Se um concessionário que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais de um mez, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar também uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionário; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente.

§ 13. A Direcção da Colonia só consentirá que o concessionário se ausente do lote temporariamente, se o mesmo satisfizer suas obrigações para com a sociedade em todas as circumstancias. A Direcção também pode recusar o procurador do concessionário e exigir que o mesmo offereça garantia sufficiente para as obrigações do concessionário.

§ 14. Em quanto não for passado o titulo definitivo, por tanto, em quanto não for pago o lote do concessionário, não pode o mesmo vender madeira ou qualquer outro producto natural do respectivo lote sem consentimento da Direcção, e esta sómente consentirá na venda, se uma qualquer quantia, marcada por ella, for paga por conta do terreno.

§ 15. Se a Direcção se ver obrigada de requerer perante a justiça despejo do lote de conformidade com os §§ 11 e 12, ficarão pertencentes á Sociedade Colonisadora Hanseatica todas as beimefeitorias existentes no lote, não tendo o concessionário direito algum de ser indemnizado, como também correm todas as custas que resultarem do respectivo processo por conta do concessionário.

§ 16. O concessionário receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

§ 11. Wenn die Zahlungen des bedingenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet werden, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie der darauf angezahlten Beträge für verlustig zu erachten und die Koloniedirection über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

§ 12. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie auf länger als einen Monat verlassen will, so ist er verpflichtet, der Koloniedirection nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen wird, widrigenfalls es der Koloniedirection freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen.

§ 13. Die Koloniedirection wird ihre Zustimmung zu zeitweiser Entfernung des Grundbesizers von dem Kolonielos nur dann geben, wenn der Grundbesitzer bisher seinen Verpflichtungen voll nachgekommen ist. Sie hat das Recht, den Bevollmächtigten abzulehnen und die Stellung eines solchen, welcher nach ihrem Ermeßsen genügende Sicherheit bietet, zu verlangen.

§ 14. Solange das Grundstück nicht bezahlt und der definitive Besiztitel noch nicht ausgestellt ist, darf der Inhaber weder Holz noch sonstige Naturprodukte von der Kolonie, ohne Einwilligung der Direktion verkaufen; die Direktion wird nur dann in den Verkauf willigen, wenn ein von ihr festzusetzender Betrag auf Landschuld einbezahlt wird.

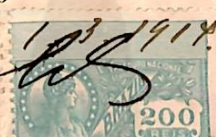
§ 15. Wenn die Direktion sich genötigt sehen sollte, auf Grund der §§ 11 und 12 gerichtliche Aussetzung des Inhabers zu erlangen, so hat der letztere keinerlei Anspruch auf Entschädigung für die von ihm auf der Kolonie bewirkten Verbesserungen, dahingegen laufen sämtliche mit der Aussetzung verbundenen Kosten für Rechnung desselben.

§ 16. Den entgültigen Besiztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Hammonia, em 1 de Março de 1914.

de 1914.

Assignatura do Concessionario



O encarregado da venda de terras
Gesellschaft
mit beschränkter Haftung
Hamburgo
Arthur Henschel

Testemunhas

Atto Alpers
Arthur Henschel

Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município Blumenau

34.
Ivica
Eingetragen
Er.

Landanweisungs-Schein

Colonie „HANSA“

Distrikt Itajahy Hercilio

Dem Kolonisten

Hierhold Marx

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein Grundstück, belegen von Tagueras

Nº 34

mit einem Flächenraum von 21.20 Hektar und zum Preise von Rs. 40\$000

2.100\$000 für Kaufpreis in festeren
p. Hektar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesitzers der Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünktlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist laut Vereinbarung in folgenden Raten zu bezahlen:

Je ein Fünftel nach Ablauf des dritten, vierten, fünften, sechsten und siebenten Jahres.

Der Käufer verpflichtet sich, die Kaufsumme nach Ablauf des zweiten Jahres mit 6% zu verzinsen. Theilzahlungen werden zu jeder Zeit und in jeder Höhe unter Vergütung der entsprechenden Zinsen angenommen.

Bei Baarzahlung werden 10% Rabatt gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der betreffenden Zinsen Eigenthum der „Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-Direktion weder verpfändet, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes, sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber, erfolgt von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Strassenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Strassenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Colonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Colonieplatzes eine jährliche Ab-

gabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Strassengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, dass die auf dem Strassenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluss haben. Ingleichen hat er, da die Strassen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Strasse mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fliessenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flussbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch die Strasse entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, dass sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Strassen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Strassen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, dass die Entnahme möglichst gleichmässig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, so hat die Gesellschaft das Recht, Räumung des Grundstückes zu verlangen und darüber anderweitig zu verfügen, wenn der Ansiedler:

a) innerhalb drei Monaten nach der Uebnahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als einen Monat davon entfernt hält;

b) innerhalb drei Monaten nach der Uebnahme auf dem Grundstück nicht einen Platz zur Erbauung eines Hauses gerodet hat;

c) innerhalb sechs Monaten nach der Uebnahme nicht ein Wohnhaus errichtet und mit der Bepflanzung des Grundstückes begonnen hat;

d) nach Ablauf von drei Monaten seit der Uebnahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als ein Jahr davon entfernt hält;

e) innerhalb fünf Jahren nach der Uebnahme nicht mindestens die Hälfte des Kaufpreises sowie die Hälfte der schuldigen Zinsen bezahlt hat;

f) innerhalb sieben Jahren nach der Uebnahme nicht den gesammten Kaufpreis nebst Zinsen bezahlt hat.

In allen Fällen ist die vorherige Genehmigung des zuständigen deutschen Konsuls oder seines Vertreters erforderlich; in den Fällen unter b, c, e und f ist dem Ansiedler die Hälfte der auf den Kaufpreis geleisteten Zahlungen sowie der Werth der von ihm bewirkten Verbesserungen zu vergüten.

9. Den endgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

10. Beschwerden über mangelhafte Erfüllung dieses Vertrages, Schadenersatz-Ansprüche u. s. w. sind seitens des Kolonisten bei der Direktion der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft zu erheben. Wenn daselbst keine Einigung erzielt werden kann, so ist die Entscheidung des zuständigen deutschen Konsuls oder dessen Stellvertreters massgebend.

(Ort, Datum)

Hammoria. 25.6.04

Eröffnung. 10.5.04.

(Unterschrift des Käufers)

Max. Fiechold.
Otto Hofmann.
Otto Wilmotte.



Handwritten note in German:
Sowas eine ungültigen Besitz Titel ungültig ist, ist der Käufer sein Recht, Holz aus dem Grundstück zu entnehmen. Auf Grund der Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. kann jedoch der Käufer & Verkäufer nicht Holz aus dem Grundstück entnehmen und unter der Bedingung, dass ein Einverständnis zwischen dem Käufer und dem Verkäufer vorliegt, wird die Abgabe von Holz aus dem Grundstück nicht mehr möglich sein.

(Unterschrift des Verkäufers)

Wettstein

35

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Carl Brüne comprado o lote colonial No. 35, situado no caminho Taquaras do Districto Kajahy Yercilio da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

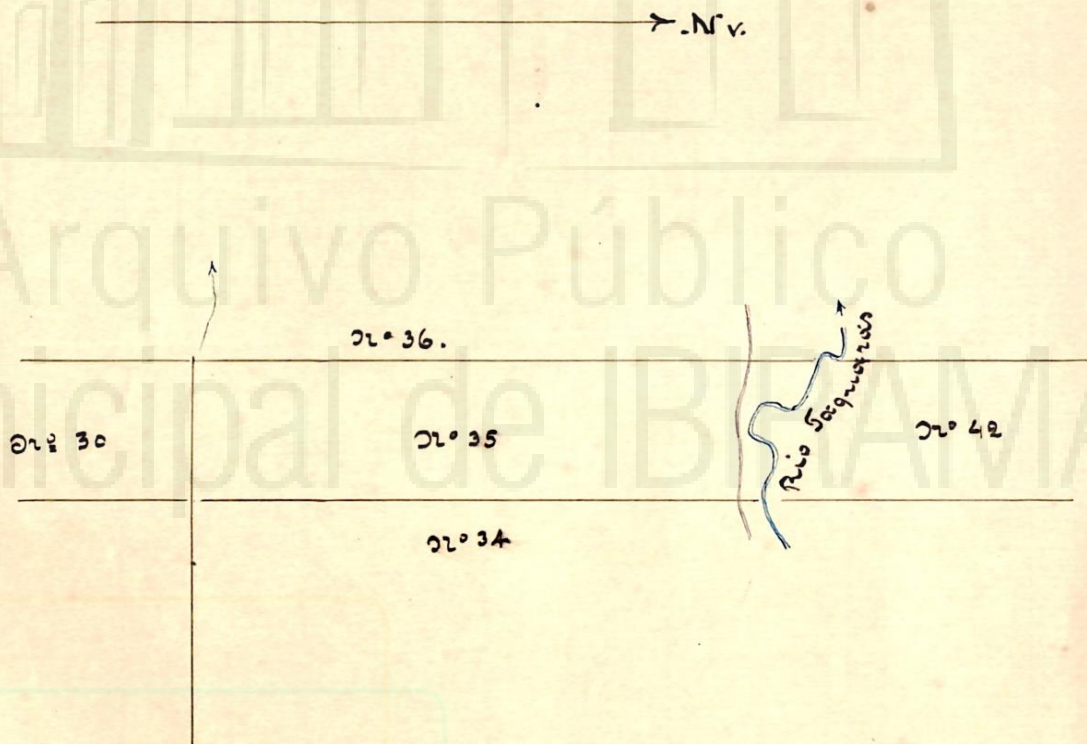
O sobredito lote colonial contem uma area de 18,70 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40x000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Yammeria em 18 de Agosto de 1909.

O Representante.

Josi Decke.



Escala 1:10.000.

Yammonia 18. 8. 09.

José Dufé

36

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Gustav de Bary comprado o lote colonial No. 36, situado na linha caminho das Taquaras do Districto Itajubá Hercilio Blumenau da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

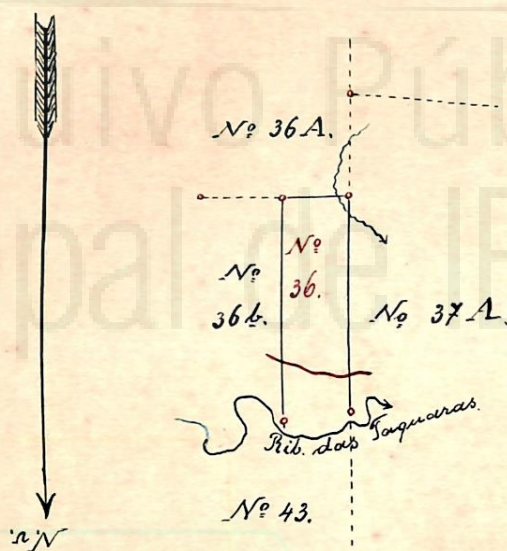
O sobredito lote colonial contem uma area de 337 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 40.500,00 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 22 de Novembro de 1916.

O Representante.

José Orelha
Direcção



Escala, 1.10000.

Hammonia, em 22 de Novembro de 1916

Werner Weber.

TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS.

Landanweisungs-Schein

Colonia „HANSA“

Município *Blumenau*

Distrito *Itajary Hercilio*

A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo
presente documento ao colono

Marc Bauke

um lote colonial situado *no Rio*
dos Fagnaras 22° 36

com uma area superficial de pouco mais ou menos

20,10

hectares e ao preço de

Rs. *954.000*

por cada hectare,

submettendo-se o dito colono ás obrigações
geraes estabelecidas para todos os proprietarios
da Colonia Hansa, especialmente ás determina-
ções e condições seguintes, obrigando-se por
sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

O preço de compra do lote é pagavel no
espaço de cinco annos nas seguintes condições:

Quando o concessionario tomar conta do
lote tem de ser pago 10% do valor da compra.

No fim do 1° 2° 3° e 4° anno o concessionario
é obrigado entrar cada vez com a 1/5 quinta
parte do valor da compra.

No fim do 5° anno tem de ser pago o restante
do valor da compra.

Da importancia do valor do lote o con-
cessionario pagará o premio de 6% seis por
cento ao anno.

O lote fica propriedade da Sociedade Colo-
nizadora Hanseatica com responsabilidade limi-
tada em Hamburgo até se tiver realizado o
pagamento inteiro do preço de compra e dos
respectivos juros, não podendo ser antes nem
hypothecado, nem vendido ou carregado de
onus qualquer sem prévio consentimento da
Direcção da Colonia.

Colonie „Hansa“

Municip *Blumenau*

District *Itajary Hercilio*

Dem Kolonisten

Marc Bauke

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein

Grundstück, belegen *am Rio Fagnas*
nos 22° 36

mit einem Flächenraum von circa *20,10* Hectar und

zum Preise von Reiz *954.000*

~~1~~ Hectar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe
den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der
Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestim-
mungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen
Erfüllung derselben durch seine Unterchrift verpflichtet.
Der Kaufpreis beträgt durchschnittlich 44 Mülreis
für den Hectar.

Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb 5 Jahren in
folgenden Raten:

bei Abschluß des Kaufvertrages ist eine Anzahlung
von 10% der Kaufsumme zu leisten;
nach Ablauf des 1., 2., 3. und 4. Jahres ist je 1/5
und nach Ablauf des 5. Jahres der Rest der Kauf-
summe zu entrichten.

Die jeweilige Schuldsumme ist mit 6% zu verzinsen.

Bei Auszahlung des Kaufpreises innerhalb 6 Mo-
naten nach Abschluß des Kaufvertrages wird eine Ver-
gütung von 10% gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des
Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigentum der
„Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in
Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des
Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolo-
nie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch
sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt
werden.

O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno :

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultural-o e principalmente :

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que a o leite da estrada ja estiver traçado tirar tudo que posse diffcultar o transitio.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

2°. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma contribuição nunca menor de cem (100) reis por hectare.

3°. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4°. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

5°. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

6°. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construção de caminhos e canaes e para a regulação de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fór julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservação d'estas obras da incumbencia de toda a com-

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen :

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thätiglich in Besitz zu nehmen und insbesondere :

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen ;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat ;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Kolonie-Direktion bereitgestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Ziele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniestückes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Rs für jedes Hectar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Zugleich hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, li erdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wozu dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grund-

7.ª. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o *primeiro* estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8°. Não fazendo o concessionário o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e poderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

10º. O concessionario receberá o título definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonizadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

A Direcção da Colonia „HANSA“

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

9. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstück erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstück ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50%) des Ertrages für verkaufsfres Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

Hammonia, em 9 de Setembro de 1907

Data da venda: 1º de Fevereiro de 1905

Max Eyeland.

Max Baucke

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

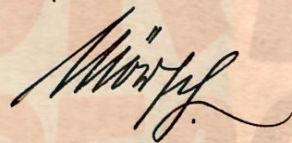
em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Carl Engelhardt comprado o lote colonial Nr. 37., situado no caminho „Taquaras” do Districto „Hercilio” da Colonia «Hansa» no Municipio de „Blumenau” e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

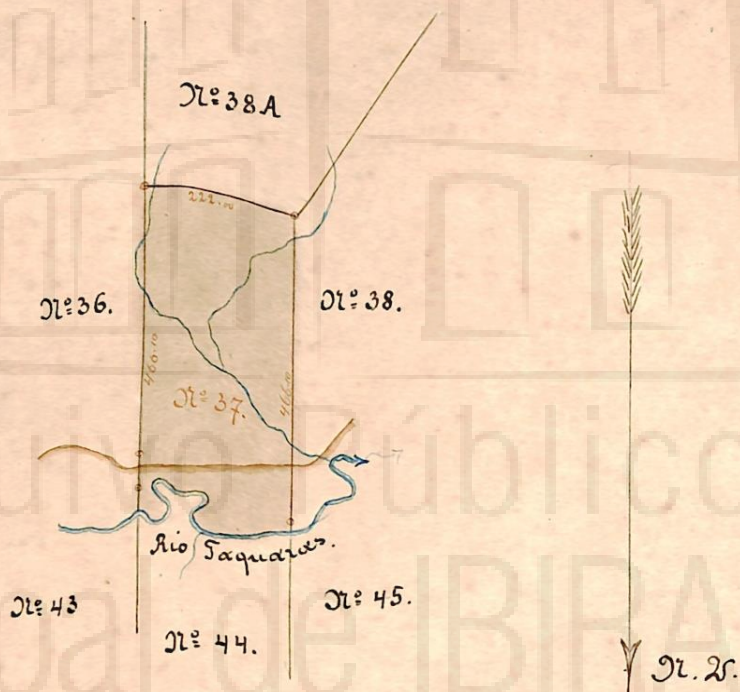
O sobredito lote colonial contem uma area de 10,80 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 304.000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 1º de Junho de 1904.

O Representante





100 80 0 80 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000 1100

Escala 1:10.000 em Metros.

Ilammaria, 15 de Abril de 1904
Jozé Duarte

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono *Carl Engelhardt* comprado o lote colonial Nr. *37*, situado no caminho *Fagundes* do Districto *Heracilio* da Colonia „Hansa“ no Municipio de *Blumenau* e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de *21.³* hectares, sendo vendido a razão de Rs. *300.000* por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Blumenau em *25 de Outubro* de *1900*

O Representante.

Ph. Goenk



45.

44.

43

Rio das Tuquaras

Z

35.

36.

115.0

27

915.0

Confluente do Rio das Tuquaras

31.

20.

Trilho von Leipzig 9666
Seite " 234.

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Carl Engelhardt comprado o lote colonial Nr. 38., situado no caminho „daquaras” do Districto „Mercilio” da Colonia «Hansa» no Municipio de „Blumenau” e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

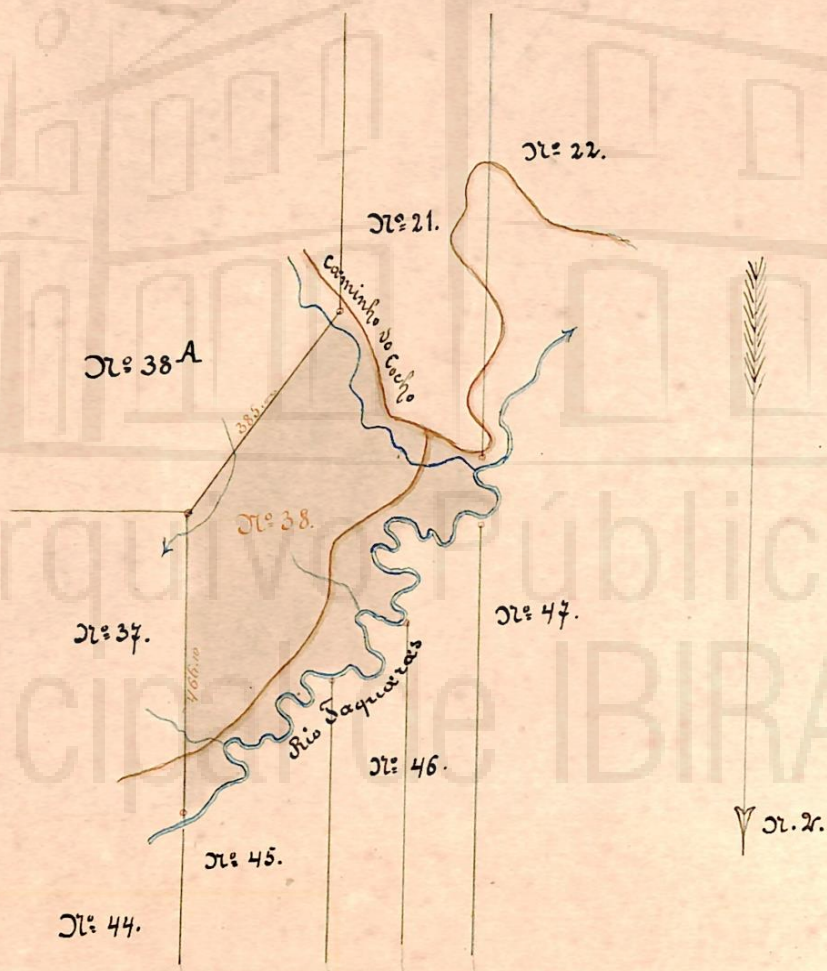
O sobredito lote colonial contem uma area de 15,00 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 304.000 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammoria em 1º de Junho de 1904.

O Representante





100 50 0 50 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000.

Escala 1: 10.000 em Metros.

Hammonia, 15 de Abril de 1904
 José Decker

38a

Titulo definitivo de Propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

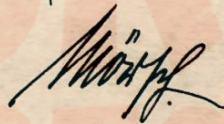
em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895, faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono *Carl Engelhardt* — comprado o lote colonial Nr. *38.A*, situado no caminho "*Jaguazas*" — do Districto "*Mercilio*" da Colonia «Hansa» no Municipio de "*Blumenau*" e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

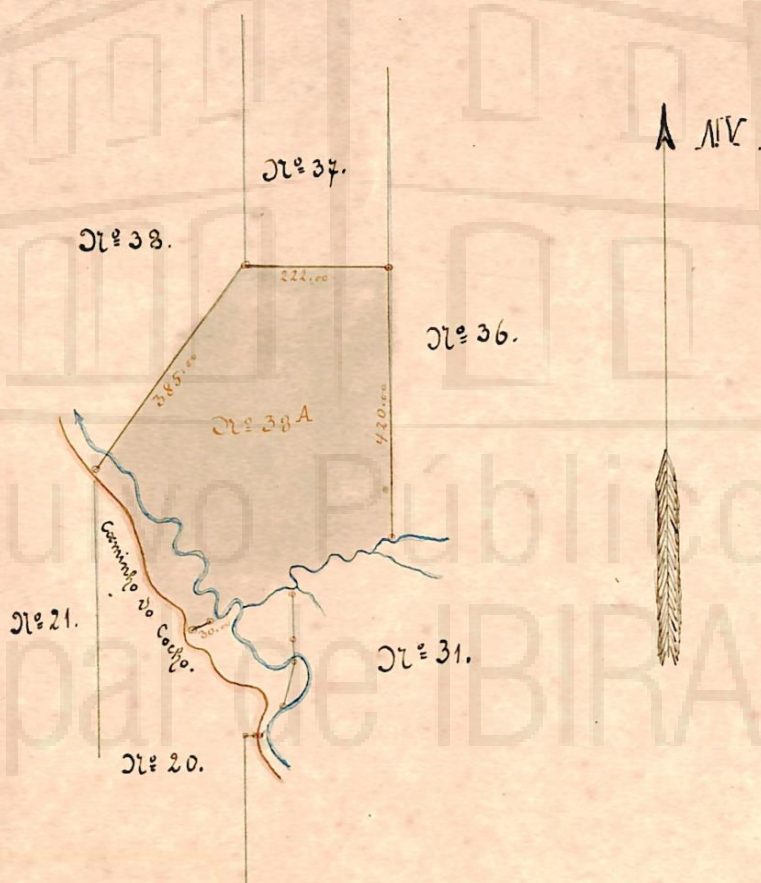
O sobredito lote colonial contem uma area de *18,00* — hectares, sendo vendido a razão de Rs. *30,000* — por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Blumenau em 1º de Junho de 1904.

O Representante





100 50 0 50 100 150 200 250 300 350 400 450 500 550 600 650 700 750 800 850 900 950 1000 1050 1100

Escala 1:10.000 em Metros.

Manamoria 15 de Abril de 1904

João Decker

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono *Karl Engelhardt* comprado o lote colonial Nr. *38*, situado no caminho "*Taquaras*" do Districto "*Horcilio*" da Colonia „Hansa“ no Municipio de *Blumenau* e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

O sobredito lote colonial contem uma area de *23.1* hectares, sendo vendido a razão de Rs. *30.000* por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Blumenau em *25 de Outubro* de *1900*

O Representante.

Th. Doerich

?

ref. Blumenau?



39

Titulo definitivo de propriedade.

A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Paul Braatz comprado o lote colonial No 39, situado na linha caminho Rio Taquaras do Districto Hajahij Hercilio Blumenau da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisorio por elle assignado.

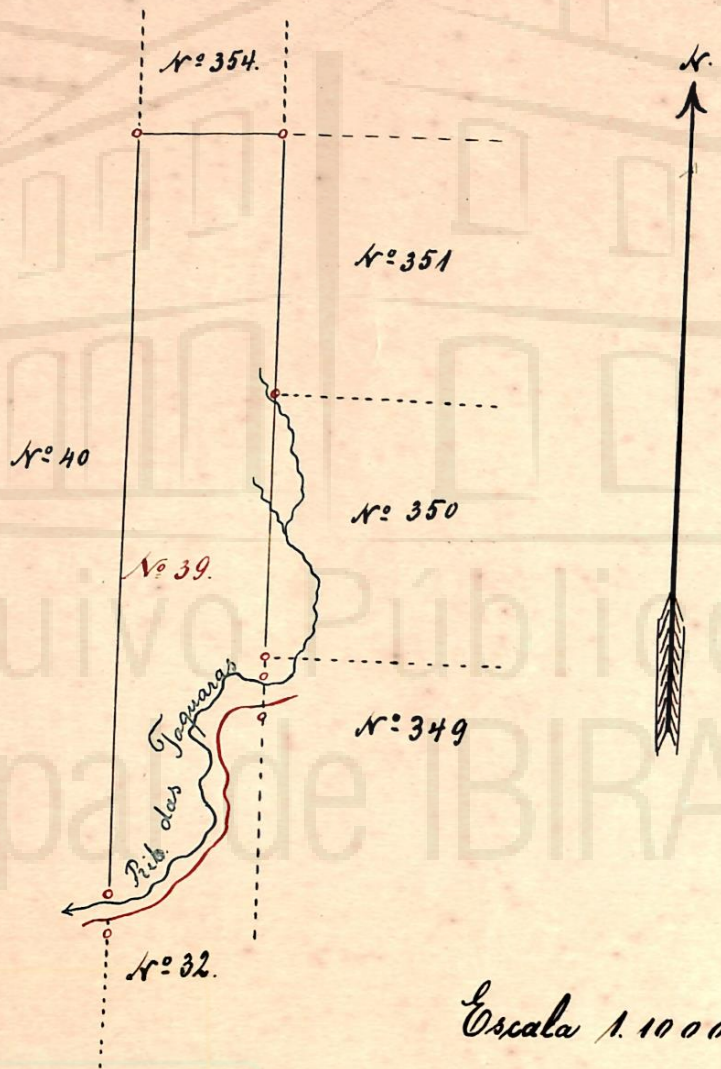
O sobredito lote colonial contem uma area de 22,47 hectares, sendo vendido ~~a razão~~ ^{por} de Rs. 750\$000 ~~por cada hectare~~ tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Hammonia em 1 de Agosto de 1917.

O Representante.

José Dutra
Director.



Escala 1.10000

Harmonia, em 1 de Agosto, de 1917.

Werner Weber.

Lote No. 39.

2a Via.

TITULO PROVISORIO

Estado de Santa Catharina, Brazil.

Município de Blumenau
Núcleo Colonial Itajahy Gerçis
Linha Taquaras
Número do lote 39.
Área do lote 22,47 Hectares
Preço por Hectare Rs. —
Preço do lote Rs. 750.000
Auxílios, casa provisória etc. Rs. —

Nome do Colono } Heinrich Braatz
Nome dos Colonistas }

Condições da compra.

O supra mencionado Colono submete-se às obrigações gerais estabelecidas para todos os proprietários desta Colônia e especialmente às determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

1. O preço de compra do lote é pagavel no espaço de cinco annos pelas seguintes prestações:

No dia da compra Rs. 200.000

No fim do 1º anno Rs. 1/5

No fim do 2º anno Rs. 1/5

No fim do 3º anno Rs. 1/5

No fim do 4º anno Rs. 1/5

No fim do 5º anno Rs. 0 resto

No fim do 6º anno Rs. —

No fim do 7º anno Rs. —

2. Os juros serão contados desde o dia 1.º de Dezembro de 1909 sendo pelo premio de (6%)

Kaufbedingungen.

Oben genannter Kolonist unterwirft sich den allgemeinen Verpflichtungen dieser Kolonie; insbesondere verpflichtet er sich durch seine Unterchrift zur Erfüllung der nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen:

1. Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb fünf Jahren in folgenden Raten:

Am Verkaufstage Rs. 200.000

Nach Ablauf des 1. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 2. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 3. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 4. Jahres Rs. 1/5

Nach Ablauf des 5. Jahres Rs. der Rest

Nach Ablauf des 6. Jahres Rs. —

Nach Ablauf des 7. Jahres Rs. —

2. Vom 1. Dezember 1909 werden (6%) Zinsen auf die jeweilige Schuldsumme bezahlt, gleichviel



Transfido com as mesmas condições a' Senhor Paul Braatz
Blumenau, 20/2/1917

..... por cento ao anno sobre a quantia restante do valor do lote; pagando se os mesmos juros sobre auxilios, se as houver e se não for feito e assignado sobre elles um qualquer documento especial.

3. O lote fica propriedade da Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes nem hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

4. O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno:

O concessionario do lote obrigue-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultivatio e principalmente:

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote, n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que o leito da estrada ja estiver traçado tirar tudo que possa difficultar o transitio.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

5. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornarem-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma contribuição nunca menor de cem (100) reis por hectare.

6. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

7. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endereitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

8. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

9. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto for julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a comunidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado

ob auf Land oder Vorhöfse, — wenn für letztere nicht ein Spezialvertrag abgeschlossen ist.

3. Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigentum der „Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Kolonie-Direktion weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

4. Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten tatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Teil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

5. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge usw.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets in gutem Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als notwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniestückes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Rs. für jedes Hektar betragen soll.

6. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

7. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstück entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und reguliert, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachteil oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

8. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzes von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Teil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

9. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulierung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für notwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grund-

pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliação de peritos.

10. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o primeiro estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnisação alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

11. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e perderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

12. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que trez meses.

13. A Direcção da Colonia só consentirá no exposto do § 12, se o concessionario satisfaz em todas as circumstancias suas obrigações com a Sociedade até a data da entrega ao procurador.

14. Em quanto não for passado o titulo definitivo, por tanto, em quanto não for pago o lote do concessionario não pode o mesmo vender madeira ou qualquer outro producto natural do respectivo lote sem consentimento da Direcção, e esta sómente consentirá na venda, se uma qualquer quantia, marcada por ella, for paga por conta do terreno.

15. Se a Direcção se ver obrigada de requerer perante a justiça despejo do lote de conformidade com o art. 11, ficarão pertencentes á Sociedade Colonisadora Hanseatica todas as bemfeitorias existentes no lote, não tendo o concessionario direito algum de ser indemnizado, como tambem correm todas as custas que resultarem do respectivo processo por conta do concessionario.

16. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

beneficior para das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

10. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstück zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke verteilt wird.

11. Wenn die Zahlungen des bedingenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Bestätigung nachgeholt und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

12. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgeschehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

13. Die Kolonie-Direktion wird in dem unter 12 Gesagten nur dann einwilligen, wenn der Grundbesitzer bisher seinen Verpflichtungen voll und ganz nachgekommen ist.

14. Solange das Grundstück nicht bezahlt und der definitive Besitztitel noch nicht ausgestellt ist darf der Inhaber weder Holz noch sonstige Naturprodukte von der Kolonie, ohne Einwilligung der Direktion verkaufen; die Direktion wird nur dann in den Verkauf willigen, wenn ein von ihr festzusetzender Betrag auf Landschuld einbezahlt wird.

15. Wenn die Direktion sich genötigt sehen sollte, auf Grund des Satzes 11 gerichtliche Aussetzung des Inhabers zu verlangen, so hat der letztere keinerlei Anspruch auf Entschädigung für Haus oder sonstige von ihm auf der Kolonie bewirkten Verbesserungen, dahingegen laufen sämtliche mit der Aussetzung verbundene Kosten für Rechnung desselben.

16. Den entgeltigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

Hammonia, em 1^o de Dezembro de 1909

Assignatura do Concessionario

Paul Bravetti

Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft
mit beschränkter Haftung

O encarregado da venda de terras

José Duarte

Testemunhas

R. 114/18

5 via.

Kolonie No. 39

Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município

Blumenau

Landanweisungs-Schein

Colonie „HANSA“

Distrikt

Hercilio

Dem Kolonisten

Ernst Seidel

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein Grundstück, belegen

Rio Jaguaras.

Nr. 39

mit einem Flächenraum von 26.05 Hektar und zum Preise von Rs. 30.000 p. Hektar

anpflichtung Rs 50.000 Uebertragungsgebühr 83.50

angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesitzers der Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünktlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist laut Vereinbarung in folgenden Raten zu bezahlen:

Je ein Fünftel nach Ablauf des dritten, vierten, fünften, sechsten und siebenten Jahres.

Der Käufer verpflichtet sich, die Kaufsumme nach Ablauf des zweiten Jahres mit 6% zu verzinsen. Theilzahlungen werden zu jeder Zeit und in jeder Höhe unter Vergütung der entsprechenden Zinsen angenommen.

Bei Baarzahlung werden 10% Rabatt gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der betreffenden Zinsen Eigentum der „Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-Direktion weder verpfändet, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachteiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes, sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber, erfolgt von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Vörschfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Colonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Kolonieplatzes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstücks gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch die Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, **ohne Entschädigung** aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstück erlangt hat, so hat die Gesellschaft das Recht, Räumung des Grundstückes zu verlangen und darüber anderweitig zu verfügen, wenn der Ansiedler:

a) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als einen Monat davon entfernt hält;

b) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme auf dem Grundstück nicht einen Platz zur Erbauung eines Hauses gerodet hat;

c) innerhalb sechs Monaten nach der Uebernahme nicht ein Wohnhaus errichtet und mit der Bepflanzung des Grundstückes begonnen hat;

d) nach Ablauf von drei Monaten seit der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als ein Jahr davon entfernt hält;

e) innerhalb fünf Jahren nach der Uebernahme nicht mindestens die Hälfte des Kaufpreises sowie die Hälfte der schuldigen Zinsen bezahlt hat;

f) innerhalb sieben Jahren nach der Uebernahme nicht den gesamten Kaufpreis nebst Zinsen bezahlt hat.

In allen Fällen ist die vorherige Genehmigung des zuständigen deutschen Konsuls oder seines Vertreters erforderlich; in den Fällen unter b, c, e und f ist dem Ansiedler die Hälfte der auf den Kaufpreis geleisteten Zahlungen sowie der Werth der von ihm bewirkten Verbesserungen zu vergüten.

9. Den endgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

10. Beschwerden über mangelhafte Erfüllung dieses Vertrages, Schadenersatz-Ansprüche u. s. w. sind seitens des Kolonisten bei der Direktion der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft zu erheben. Wenn dasselbst keine Einigung erzielt werden kann, so ist die Entscheidung des zuständigen deutschen Konsuls oder dessen Stellvertreters maßgebend.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt ist, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50 %) des Ertrages für verkaufttes Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

Hammonia

Unterschrift des Käufers:

Ernst Seidel

Zeugnis:

W. Müller

Nicolaus Blasen

Unterschrift des Verkäufers:

M. W. J.

Republica dos Estados Unidos do Brazil

ESTADO DE S. CATHARINA

Município *Blumenau*

Landanweisungs-Schein

Colonie „HANSA“

Distrikt *Flersilio*

Dem Kolonisten *Nicolaus Blasen*

wird von der Direktion der Colonie Hansa hierdurch ein Grundstück, belegen *Rio Jaguarias*

Nº 39

mit einem Flächenraum von *26,05* Hektar und zum Preise von Rs. *30\$ 000*

p. Hektar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesitzers der Colonie Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünktlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis ist laut Vereinbarung in folgenden Raten zu bezahlen:

Je ein Fünftel nach Ablauf des dritten, vierten, fünften, sechsten und siebenten Jahres.

Der Käufer verpflichtet sich, die Kaufsumme nach Ablauf des zweiten Jahres mit 6% zu verzinsen. Theilzahlungen werden zu jeder Zeit und in jeder Höhe unter Vergütung der entsprechenden Zinsen angenommen.

Bei Baarzahlung werden 10% Rabatt gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises und der betreffenden Zinsen Eigenthum der „Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-Direktion weder verpfändet, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt werden.

Die Vermessung und Vermarkung des Grundstückes, sowie die Ausfertigung des Kaufbriefes darüber, erfolgt von Seiten und für Rechnung der Colonie-Direktion.

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Besitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen:

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere:

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Strassenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Strassenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Colonie-Direktion hergestellten Verkehrswege (deren Dämme, Gräben, Brücken, Siele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Colonieplatzes eine jährliche Ab-

gabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Reis für jedes Hektar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Strassengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, dass die auf dem Strassenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluss haben. Ingleichen hat er, da die Strassen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Strasse mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flussbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch die Strasse entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuhegen, dass sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Strassen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Strassen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Lehm unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grundbesitzer zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, *ohne Entschädigung* aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, dass die Entnahme möglichst gleichmässig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn ein Grundbesitzer noch nicht das freie Eigenthumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstück erlangt hat, so hat die Gesellschaft das Recht, Räumung des Grundstückes zu verlangen und darüber anderweitig zu verfügen, wenn der Ansiedler:

a) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als einen Monat davon entfernt hält;

b) innerhalb drei Monaten nach der Uebernahme auf dem Grundstück nicht einen Platz zur Erbauung eines Hauses gerodet hat;

c) innerhalb sechs Monaten nach der Uebernahme nicht ein Wohnhaus errichtet und mit der Bepflanzung des Grundstückes begonnen hat;

d) nach Ablauf von drei Monaten seit der Uebernahme das Grundstück ohne Genehmigung der Gesellschaft verlassen hat und sich länger als ein Jahr davon entfernt hält;

e) innerhalb fünf Jahren nach der Uebernahme nicht mindestens die Hälfte des Kaufpreises sowie die Hälfte der schuldigen Zinsen bezahlt hat;

f) innerhalb sieben Jahren nach der Uebernahme nicht den gesamten Kaufpreis nebst Zinsen bezahlt hat.

In allen Fällen ist die vorherige Genehmigung des zuständigen deutschen Konsuls oder seines Vertreters erforderlich; in den Fällen unter b, c, e und f ist dem Ansiedler die Hälfte der auf den Kaufpreis geleisteten Zahlungen sowie der Werth der von ihm bewirkten Verbesserungen zu vergüten.

9. Den endgültigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

10. Beschwerden über mangelhafte Erfüllung dieses Vertrages, Schadenersatz-Ansprüche u. s. w. sind seitens des Kolonisten bei der Direktion der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft zu erheben. Wenn daselbst keine Einigung erzielt werden kann, so ist die Entscheidung des zuständigen deutschen Konsuls oder dessen Stellvertreters massgebend.

(Ort, Datum)

Hammonia 6.6.04.

Kaufvertrag 1.11.03.

(Unterschrift des Käufers)

Nikolaus Blasen

Caro Festmuths

Otto Holmstedt
Ed. Cramer.

*Einmal das endgültige Besitztitel empfangen
stellt ist, fort das Grundstück nicht ganz mit
der Kolonie zu verkaufen. Auf Grund des
des Kaufpreises Kolonisations-Gesellschaft m.
b. H. in Hamburg zu zahlen. Infallig ist m.
von Holz unter der Bedingung gemacht worden,
dass die Einkünfte für das Grundstück ganz zur
Gültigkeit Abzahlung auf den Grundstück Hammonia
wird.*

(Unterschrift des Verkäufers)

Wetstein

Liebes Brief an mein Calam
an die Gesellschaft Zürich
Kommunis, 9. 13. November 1906

Nikolaus Blasen

Arquivo Público

Municipal de IBIRAMA

CAMPUS
DE CULTURA
UDESC

40

Titulo definitivo de propriedade.



A Sociedade Colonisadora Hanseatica

com responsabilidade limitada em Hamburgo

em virtude do contracto celebrado com o Governo do Estado de Santa Catharina em 28 de Maio de 1895 faz saber por seu representante abaixo assignado, que havendo o colono Paul Braatz ✓ comprado o lote colonial No. 40, situado no caminho Saguaras ✓ do Districto Itajahy Hercilio ✓ da Colonia „Hansa“ no Municipio de Blumenau ✓ e achando-se quite com a mesma Sociedade, fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, mas tambem ao disposto nas posturas municipaes e ás determinações e condições constantes do titulo provisório por elle assignado.

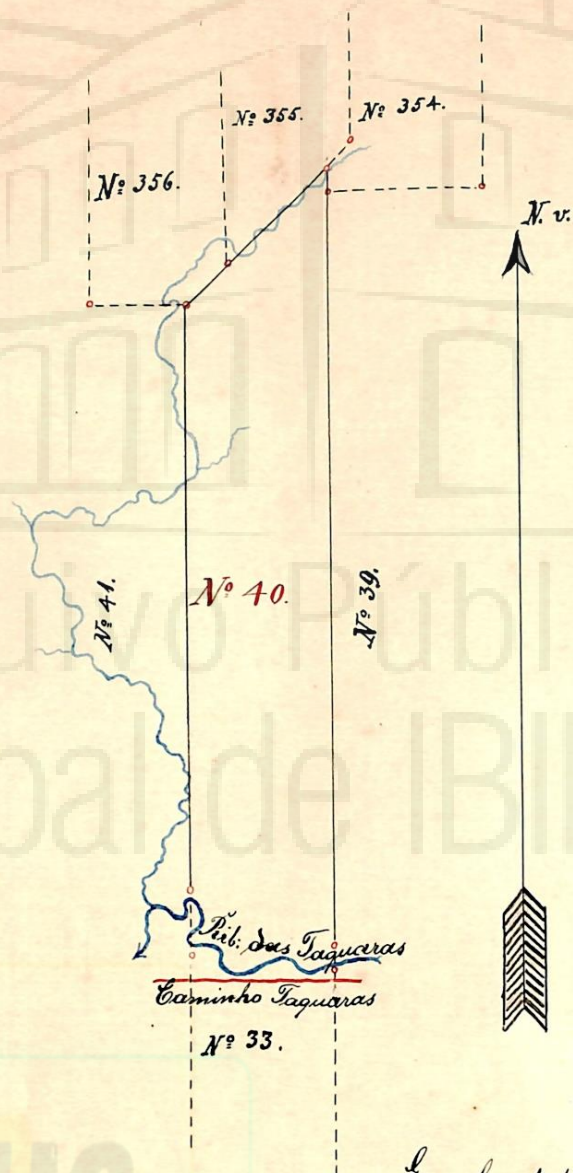
O sobredito lote colonial contem uma area de 24,50 hectares, sendo vendido a razão de Rs. 36,00 por cada hectare tendo uma confrontação constante do esboço retro.

E para firmeza e garantia do direito que o mencionado colono tem sobre o lote em questão, lhe foi passado o presente titulo de propriedade definitiva.

Yammaria em 7 de Novembro de 1911.

O Representante.

José Reke



Escala 1:10000

2. min.

2.
7.

Kolonie No. 40.

TITULO PROVISORIO OU DE DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS.

Landanweisungs-Schein

Colonia „HANSA“

Município

Blumenau

Districto

Stajany - Hercilio

A Direcção da Colonia Hansa entrega pelo

presente documento ao colono

Paul

Braatz

um lote colonial situado

Rio Taquaras

Nº 46

com uma area superficial de pouco mais ou menos

24,50

hectares e ao preço de

Rs. 368.000 por cada hectare,

submettendo-se o dito colono ás obrigações geraes estabelecidas para todos os proprietarios da Colonia Hansa, especialmente ás determinações e condições seguintes, obrigando-se por sua assignatura de bem e fielmente cumpri-las:

O preço de compra do lote é pagavel no espaço de cinco annos nas seguintes condições:

Quando o concessionario tomar conta do lote tem de ser pago 10% do valor da compra.

No fim do 1º 2º 3º e 4º anno o concessionario é obrigado entrar cada vez com a 1/5 quinta parte do valor da compra.

No fim do 5º anno tem de ser pago o restante do valor da compra.

Da importancia do valor do lote o concessionario pagará o premio de 6% seis por cento ao anno.

O lote fica propriedade da Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo até se tiver realizado o pagamento inteiro do preço de compra e dos respectivos juros, não podendo ser antes nem hypothecado, nem vendido ou carregado de onus qualquer sem prévio consentimento da Direcção da Colonia.

Colonie „Hansa“

Municip

Blumenau

District

Stajany - Hercilio

Dem Kolonisten

Paul Braatz

wird von der Direktion der Colonia Hansa hierdurch ein

Grundstück, belegen

Rio Taquaras 46 40

mit einem Flächenraum von ~~eine~~ 24,50 Hectar und

zum Preise von Reis

368.000

p. Hectar angewiesen, mit dessen Annahme sich derselbe den allgemeinen Verpflichtungen jedes Grundbesizers der Colonia Hansa, insbesondere den nachstehenden Bestimmungen und Bedingungen, unterwirft und zur pünftlichen Erfüllung derselben durch seine Unterschrift verpflichtet.

Der Kaufpreis beträgt durchschnittlich 44 Mk. Preis für den Hectar.

Der Kaufpreis ist zahlbar innerhalb 5 Jahren in folgenden Raten:

bei Abschluß des Kaufvertrages ist eine Anzahlung von 10% der Kaufsumme zu leisten;

nach Ablauf des 1., 2., 3. und 4. Jahres ist je 1/5 und nach Ablauf des 5. Jahres der Rest der Kaufsumme zu entrichten.

Die jeweilige Schuldsumme ist mit 6% zu verzinsen.

Bei Auszahlung des Kaufpreises innerhalb 6 Monaten nach Abschluß des Kaufvertrages wird eine Vergütung von 10% gewährt.

Das Grundstück bleibt bis zur völligen Tilgung des Kaufpreises, beziehentlich nebst Zinsen, Eigentum der „Hanseatischen Colonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg“ und darf daher vor völliger Tilgung des Kaufpreises ohne Vorwissen und Genehmigung der Colonie-Direction weder verpfändet, noch veräußert, noch sonst auf irgendwelche Weise belastet oder benachtheiligt werden.

O concessionario do terreno de que trata o presente documento obriga-se por si e por seus successores na posse de cumprir fielmente os deveres seguintes inherentes á posse do dito terreno :

O concessionario do lote obriga-se a tomar posse effectiva do mesmo iniciando a cultura-o e principalmente :

a) No espaço de tres mezes preparar um lugar para edificação d'uma casa, e construir em tres mezes uma morada.

b) No espaço de seis mezes da data de posse limpar as margens do caminho que travesse o mesmo lote n'uma extensão de 30 mtr. de largura, e no caso que a o leite da estrada ja estiver traçado tirar tudo que posse dificultar o transitio.

c) No espaço de um anno contado da data de posse ter a dezima parte em cultura.

2°. Os caminhos construidos pela Direcção da Colonia (os diques, fossos, pontes, boeiros, canaes de esgoto etc. d'elles) devem ser conservados em bom estado por todos os colonos interessados. Para este fim, assim como para executar-se as obras que tornar-se-hiam necessarias, cada concessionario de um lote colonial pagará annualmente uma contribuição nunca menor de cem (100) reis por hectare.

3°. Cada concessionario tem de conservar limpos os fossos dos caminhos ao longo de seu terreno, de maneira, que fique sempre livre o esgoto das aguas do caminho.

Tambem tem a obrigação de conservar livre de sombra os caminhos, mantendo os livres de matto em uma largura de 30 metros ao longo d'elles.

4°. As aguas que nascem no terreno ou que o atravessão podem ser endireitadas e reguladas, porém não desviadas do seu curso natural, nem estreitadas ou estancadas em prejuizo de terrenos situados mais arriba. Acontecendo isto accidentalmente por páo cahido ou por alguma vegetação brotante n'agua, fica o concessionario obrigado a remover taes obstaculos.

5°. Cada concessionario fica obrigado a manter livre de mata baixa as linhas divisorias de seu lote e os marcos n'ellas collocados, cujos marcos não devem ser removidos arbitrariamente em caso nenhum, mas conservados em bom estado. Além disso o concessionario tem a obrigação a cercar o seu terreno ao longo da estrada, afim de evitar a entrada de gado caminhante n'elle, e a cercar tambem aquella parte de seu terreno que serve de pastagem para o proprio gado, de maneira que esta não pode romper a cerca e prejudicar as culturas dos visinhos.

6°. Cada concessionario fica obrigado a ceder o terreno necessario para a construcção de caminhos e canaes e para a regulacão de rios e estradas já existentes assim como para tirar livremente areia, pedras e barro, logo que isto fór julgado necessario ou util para o interesse publico. Impondo, porém, ao concessionario mais gravames será a conservacão d'estas obras da incumbencia de toda a com-

Der Erwerber des oben erwähnten Grundstückes übernimmt für sich und seine Beisitznachfolger folgende mit dem Besitze des Grundstückes verbundene Verpflichtungen :

1. Der Uebernehmer des Grundstückes hat dasselbe sofort, nach der Uebergabe, durch Beginn der Arbeiten thatsächlich in Besitz zu nehmen und insbesondere :

a) innerhalb 3 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, einen Platz zur Erbauung eines Hauses zu roden und das Haus innerhalb 3 Monaten fertig zu stellen ;

b) innerhalb 6 Monaten, vom Tage der Ueberweisung an gerechnet, das Grundstück längs des Weges in einer Breite von mindestens 30 Metern zu entholzen, wobei er, wenn das Straßenterrain bereits geräumt ist, alle von seinem Lande auf das Straßenterrain fallenden Bäume sofort unentgeltlich wegzuräumen hat ;

c) innerhalb weiterer 6 Monate mindestens den zehnten Theil des Grundstückes in Kultur zu setzen und ferner darin zu erhalten.

2. Die von der Kolonie-Direktion hergestellten Verkehrswegen (deren Dämme, Gräben, Brücken, Ziele, Wasserabzüge u. s. w.) sind von der Gesamtheit der Grundbesitzer stets im guten Stande zu erhalten. Zu diesem Zwecke, sowie zur Förderung anderer Anlagen und Einrichtungen, die für das Gemeinwesen sich als nothwendig erweisen, hat jeder Besitzer eines Koloniestückes eine jährliche Abgabe zu entrichten, welche keinesfalls weniger als 100 Rs für jedes Hectar betragen soll.

3. Jeder Grundbesitzer hat die, sein Land berührenden Straßengräben rein und in solchem Stande zu erhalten, daß die auf dem Straßenterrain sich sammelnden Gewässer stets freien Abfluß haben. Ingleichen hat er, da die Straßen schattenfrei bleiben sollen, die Verpflichtung, sein Land längs der Straße mindestens 30 Meter breit stets vom Waldwuchs frei zu halten.

4. Die fließenden Gewässer, welche im Grundstücke entspringen oder dasselbe durchlaufen, dürfen zwar innerhalb des Grundstückes gerade gelegt und regulirt, im Uebrigen aber ihrem natürlichen Lauf nicht entzogen, auch nicht zum Nachtheile oberhalb gelegener Ländereien gestaut, verengt oder gesperrt werden. Geschieht dies durch hineingefallenes Holz oder durch im Wasser wachsende Pflanzen, so ist der Grundbesitzer verpflichtet, die Hindernisse aus dem Flußbette wegzuräumen.

5. Jeder Grundbesitzer hat die Grenzen seines Besitzthums von Unterholz frei und die Grenzmarken, welche in keinem Falle eigenmächtig verrückt werden dürfen, in gutem Stande zu erhalten, überdies auch der Straße entlang sein Grundstück durch Zaun oder Hecke gegen das Eindringen vorübergehenden Viehes einzufriedigen und denjenigen Theil seines Landes, auf welchem Vieh zur Weide geht, dergestalt einzuzäunen, daß sein Vieh nicht ausbrechen und in den benachbarten Pflanzungen Schaden anrichten kann.

6. Jeder Grundbesitzer ist verpflichtet, die Anlage öffentlicher Straßen und Kanäle, die Regulirung von Flüssen oder die Umlegung bereits bestehender Straßen, sowie auch die Entnahme von Sand, Steinen oder Kiehl unweigerlich freizugeben, sofern dies im öffentlichen Interesse für nothwendig erachtet und angeordnet wird, wogegen dergleichen Anlagen, insoweit dadurch dem Grundbesitzer mehr Lasten, als er vorher hatte, aufgebürdet werden würden, von der Gesamtheit der Grund-

munidade dos colonos, sendo n'este caso o colono lesado indemnizado pelos prejuizos no terreno, nas plantações e bemfeitorias conforme a avaliação de peritos.

7°. A Direcção da Colonia reserva-se o direito de mandar tirar do terreno concedido a madeira e todas as outras materias primas de que se precisa para o *primeiro* estabelecimento de pontes e outras obras publicas *sem indemnização alguma*, tomando porém em consideração que a requisição seja repartida proporcionadamente entre os proprietarios dos lotes mais vizinhos.

8°. Não fazendo o concessionario o pagamento do preço da compra no prazo ou modo estipulado sem haver pedido e obtido adiantamento por escripto ou deixando a cumprir uma ou a outra das condições acima, fica elle considerado privado de todo e qualquer direito ao lote em questão e poderá tambem as quantias por acaso já pagas do preço, tendo a Direcção da Colonia n'este caso o direito de dispôr livremente de tal lote.

9°. Se um concessionario que ainda não adquiriu o direito de propriedade livre sobre o lote que lhe foi concedido, querer deixar a Colonia por mais ou menos tempo, fica obrigado não só a indicar á Direcção da Colonia o seu procurador, mas a apresentar tambem uma declaração do ultimo por escripto, em que este promette de bem e fielmente cumprir todas as obrigações impostas a respeito do lote em questão durante a ausencia do concessionario; tendo aliás a Direcção da Colonia o direito de considerar nulla a venda do dito lote e dispôr d'elle arbitrariamente. O mesmo caso terá lugar, se o lote fica abandonado por mais que tres mezes.

10°. O concessionario receberá o titulo definitivo de propriedade do lote que lhe foi concedido logo que tiver pago o preço inteiro d'elle e todas e quaesquer outras quantias que por acaso dever á Sociedade Colonisadora Hanseatica com responsabilidade limitada em Hamburgo.

11°. Em quanto não fôr passado o titulo definitivo por tanto em quanto não for pago o lote o concessinario obrigue-se de entiar nos cofres da Sociedade Colonisadora Hanseatica com a metade, isto é 50% do producto obtido com madeiras vendido do referido

loteiger zu erhalten sind, und überdies der betroffene Grundbesitzer für das ihm dadurch entzogene Land, nebst den darauf befindlichen Pflanzungen und Bauten nach Schätzung Sachverständiger entschädigt werden soll.

7. Der Kolonie-Direktion bleibt jedenfalls das Recht vorbehalten, Holz und anderes Rohmaterial, welches zur ersten Anlage von Brücken und sonstigen öffentlichen Bauten erforderlich ist, ohne Entschädigung aus dem Grundstücke zu entnehmen, wobei sie jedoch darauf Bedacht nehmen wird, daß die Entnahme möglichst gleichmäßig auf die nächstgelegenen Grundstücke vertheilt wird.

8. Wenn die Zahlungen des bedungenen Kaufpreises in der bestimmten Zeit und Weise nicht geleistet wird, ohne daß fernere Gestundung nachgesucht und schriftlich erteilt worden ist, ingleichen, wenn die eine oder die andere der vorstehenden Bedingungen und Bestimmungen nicht erfüllt oder befolgt wird, so ist der Uebernehmer ohne Weiteres aller und jeder Ansprüche an das Grundstück, sowie des darauf angezahlten Geldes für verlustig zu erachten und die Kolonie-Direktion über das Grundstück anderweitig frei zu verfügen berechtigt.

9. Wenn ein Grundbesitzer, der noch nicht das freie Eigentumsrecht an dem ihm angewiesenen Grundstücke erlangt hat, die Kolonie, sei es auf kurze oder lange Zeit, verlassen will, so ist er verpflichtet, der Kolonie-Direktion nicht allein seinen Bevollmächtigten zu nennen, sondern auch dessen schriftliche Erklärung beizubringen, daß derselbe die Pflichten und Lasten, welche auf dem Grundstücke ruhen, während der Abwesenheit des Besitzers treulich erfüllen will, widrigenfalls es der Kolonie-Direktion freistehen soll, diesen Kauf als nichtgesehen zu betrachten und anderweitig frei über das Grundstück zu verfügen. Der gleiche Fall tritt ein, wenn das Grundstück länger als einen Monat verlassen bleibt.

10. Den entgeltigen Besitztitel über das angewiesene Grundstück hat der Käufer zu empfangen, nachdem er den Betrag desselben vollständig bezahlt und Alles, was er an die Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m. b. H. in Hamburg eventuell sonst noch schuldet, abgetragen hat.

11. Solange das Grundstück nicht bezahlt, ist der Inhaber desselben verpflichtet die Hälfte (50%) des Ertrages für verkaufte Holz an die Kasse der Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft für conto seines Grundstückes abzuführen.

A Direcção da Colonia „HANSA“

Hammonia,

3. Juni 1905.

Zeugen:

Guiaio Rürsch
Otto Holmuth

O CONCESSIONARIO.

Paul Braatz.

W. W. W.

Geleistete Zahlungen

Datum	Zinsen	auf Land	Quittung über geleistete Zahlung
15. 3. 6.	-	-	SS von G. Kusch.